



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Documento de sessão

A7-0023/2013

29.1.2013

RELATÓRIO

da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

sobre responsabilidade social das empresas: promoção dos interesses da sociedade e via para uma retoma sustentável e inclusiva
(2012/2097(INI))

Relator: Richard Howitt

Relator de parecer (*):
Raffaele Baldassarre, Comissão dos Assuntos Jurídicos

(*) Comissão associada – Artigo 50.º do Regimento

ÍNDICE

	Página
PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU.....	3
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	26
PARECER DA COMISSÃO DOS ASSUNTOS JURÍDICOS (*).....	30
PARECER DA COMISSÃO DOS ASSUNTOS EXTERNOS	33
PARECER DA COMISSÃO DO DESENVOLVIMENTO	40
PARECER DA COMISSÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	46
PARECER DA COMISSÃO DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO	53
RESULTADO DA VOTAÇÃO FINAL EM COMISSÃO	57

(*) Comissão associada – Artigo 50.º do Regimento

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

**sobre responsabilidade social das empresas: promoção dos interesses da sociedade e via para uma retoma sustentável e inclusiva
(2012/2097(INI))**

O Parlamento Europeu,

- Tendo em conta os artigos 5.º, 12.º, 14.º, 15.º, 16.º, 21.º, 23.º, 26.º, 27.º, 28.º, 29.º, 31.º, 32.º, 33.º, 34.º e 36.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia,
- Tendo em conta a Carta Social Europeia, em particular os seus artigos 5.º, 6.º e 19.º,
- Tendo em conta a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, de 1998, e as Convenções da OIT que estabelecem normas laborais fundamentais universais em matéria de abolição do trabalho forçado (Convenções n.ºs 29 (1930) e 105 (1957)), de liberdade sindical e direito de negociação coletiva (Convenções n.ºs 87 (1948) e 98 (1949)), de abolição do trabalho infantil (Convenções n.ºs 138 (1973) e 182 (1999)) e não discriminação no emprego (Convenções n.ºs 100 (1951) e 111 (1958)),
- Tendo igualmente em conta as convenções da OIT sobre cláusulas laborais (contratos de direito público) (Convenção n.º 94) e sobre negociação coletiva (Convenção n.º 154),
- Tendo em conta a Agenda do Trabalho Digno e o Pacto Mundial para o Emprego da OIT, aprovados por consenso mundial em 19 de junho de 2009, na Conferência Internacional do Trabalho,
- Tendo em conta a Declaração sobre a Justiça Social para uma Globalização Justa, adotada em 10 de junho de 2008 por consenso pelos 183 Estados membros da OIT,
- Tendo em conta a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) e outros instrumentos das Nações Unidas relativos aos direitos humanos, nomeadamente o Pacto sobre direitos civis e políticos (1966) e o Pacto sobre os direitos económicos, sociais e culturais (1966), a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção para a Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres (1979), e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006),
- Tendo em conta os Princípios de Emancipação da ONU Mulheres, lançados em março de 2010, que proporcionam orientação quanto a formas de emancipar as mulheres no local de trabalho, no mercado e na comunidade, resultando de uma colaboração entre a ONU Mulheres e o Pacto Global das Nações Unidas;
- Tendo em conta o “Projeto da Coerência”, um projeto de colaboração entre o Climate Disclosure Standards Board (CDSB – Conselho de Normas de Divulgação do Clima), a

Iniciativa Global sobre a Elaboração de Relatórios (GRI), a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE), a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED), destinado a apoiar uma maior coerência de abordagens na procura e oferta de informações sobre as empresas relacionadas com as alterações climáticas;

- Tendo em conta os princípios orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos e as conclusões do Conselho "Assuntos Externos" de 8 de dezembro de 2009¹,
- Tendo em conta as orientações da OCDE para as empresas multinacionais, atualizadas em maio de 2011,
- Tendo em conta a Convenção da OCDE sobre a Luta contra a Corrupção (1997),
- Tendo em conta a Global Reporting Initiative,
- Tendo em conta a constituição do Comité Internacional de Informação Integrada (IIRC),
- Tendo em conta a lei dinamarquesa sobre as demonstrações financeiras (2008),
- Tendo em conta o Pacto Global das Nações Unidas,
- Tendo em conta o estudo de outubro de 2010, elaborado a pedido da Comissão, sobre as disparidades em matéria de governação entre os instrumentos e padrões internacionais de responsabilidade social das empresas e a legislação europeia em vigor (conhecido como "estudo de Edimburgo")², cujos resultados foram apresentados no Relatório anual de 2011 do Parlamento Europeu sobre os direitos humanos³, integralmente aprovado pelo Conselho Europeu;
- Tendo em conta os n.ºs 46 e 47 do documento final da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20 (2012),
- Tendo em conta os princípios de investimento responsável das Nações Unidas (UNPRI),
- Tendo em conta a norma internacional ISO 26000, que fornece diretrizes para a responsabilidade social, publicada em 1 de novembro de 2010,
- Tendo em conta o estudo "Green Winners", um estudo elaborado em 2009 sobre 99 empresas⁴,
- Tendo em conta o Fórum Multilateral Europeu Para a Responsabilidade Social das Empresas, lançado em 16 de outubro de 2002,
- Tendo em conta a Diretiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de

¹ <http://www.business-humanrights.org/SpecialRepPortal/Home/Protect-Respect-Remedy-Framework> and http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/111819.pdf

² http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sustainable-business/files/business-human-rights/101025_ec_study_final_report_en.pdf

³ Textos aprovados, P7_TA(2012)0126.

⁴ <http://www.atkearney.com/documents/10192/6972076a-9cdc-4b20-bc3a-d2a4c43c9c21>

março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de fornecimento e dos contratos públicos de serviços¹,

- Tendo em conta a proposta da Comissão de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos contratos públicos (COM(2011)0896),
- Tendo em conta o Regulamento (CE) n° 44/2001 do Conselho, de 22 de dezembro de 2000, relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial², que substitui a Convenção de Bruxelas de 1968, salvo no que diz respeito às relações entre a Dinamarca e os outros Estados-Membros,
- Tendo em conta a resolução do Conselho, de 3 de dezembro de 2001, relativa ao seguimento do Livro Verde sobre a responsabilidade social das empresas³,
- Tendo em conta a Resolução do Conselho de 6 de Fevereiro de 2003 relativa à responsabilidade social das empresas⁴,
- Tendo em conta a Comunicação da Comissão intitulada "Promover um trabalho digno para todos - Contributo da União Europeia para a realização da agenda do trabalho digno no mundo" (COM (2006)0249) (a seguir, comunicação da Comissão sobre o trabalho digno),
- Tendo em conta a Comunicação da Comissão intitulada "Modernizar o direito das sociedades e reforçar o governo das sociedades na União Europeia - Uma estratégia para o futuro" (COM(2003)284) - (a seguir, Plano de Ação sobre a governação empresarial),
- Tendo em conta a Comunicação da Comissão intitulada "Comércio, crescimento e questões internacionais – A política comercial como um elemento central da estratégia da UE para 2020" (COM(2010)0612),
- Tendo em conta a comunicação da Comissão intitulada Pacote "Empresas responsáveis" (COM(2011)0685),
- Tendo em conta a Comunicação da Comissão intitulada "Uma recuperação geradora de emprego" (COM(2012)0173),
- Tendo em conta a Comunicação da Comissão intitulada “Iniciativa de Empreendedorismo Social – Construir um ecossistema para promover as empresas sociais no centro da economia e da inovação sociais” (COM(2011)0682),
- Tendo em conta a Comunicação da Comissão intitulada "Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo" (COM(2010)2020),
- Tendo em conta a Comunicação da Comissão intitulada "Estratégia para a igualdade entre

¹ JO L 134 de 30.04.04, p. 114.

² JO L 12 de 16.01.01, p. 1.

³ JO C 86 de 10.4.2002, p.3.

⁴ JO C 39 de 18.02.2003, p.3.

homens e mulheres 2010-2015" (COM(2010)0491),

- Tendo em conta a sua resolução, de 30 de maio de 2002, sobre o Livro Verde da Comissão intitulado "Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas"¹,
 - Tendo em conta a sua resolução, de 13 de maio de 2003, sobre a comunicação da Comissão intitulada "Responsabilidade Social das Empresas: Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável"²,
 - Tendo em conta a sua resolução, de 13 março 2007, sobre a responsabilidade social das empresas: uma nova parceria"³,
 - Tendo em conta a sua resolução, de 25 de novembro de 2010, sobre a responsabilidade social das empresas nos acordos de comércio internacionais⁴,
 - Tendo em conta a sua resolução, de 16 de junho de 2010, sobre a Estratégia UE 2020, em que afirma a existência de um vínculo inextricável entre a responsabilidade das empresas e a governação das empresas⁵,
 - Tendo em conta a sua resolução, de 20 de novembro de 2012, sobre a "Iniciativa de Empreendedorismo Social – Construir um ecossistema para promover as empresas sociais no centro da economia e da inovação sociais"⁶,
 - Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social Europeu, de 24 de maio de 2012, sobre a Comunicação da Comissão intitulada "Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014", Tendo em conta a Comunicação da Comissão intitulada "Responsabilidade social das empresas"⁷,
 - Tendo em conta a Comunicação da Comissão intitulada "Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-14" (COM(2011)0681),
 - Tendo em conta o artigo 48.º do seu Regimento,
 - Tendo em conta o relatório da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais e os pareceres da Comissão dos Assuntos Jurídicos, da Comissão dos Assuntos Externos, da Comissão do Desenvolvimento, da Comissão do Comércio Internacional e da Comissão da Cultura e da Educação (A7-0023/2013),
- A. Considerando que a expressão responsabilidade social das empresas (RSE) não deve ser utilizada como um pretexto para a redefinição das normas mínimas internacionalmente acordadas neste domínio, devendo antes contribuir para avaliar a sua aplicação e para compreender melhor a forma como estas podem ser fácil e diretamente aplicadas por

¹ JO C 187 E de 07.08.2003, p. 180.

² JO C 67 E de 17.03.2004, p. 73.

³ JO C 301 E de 13.12.2007, p. 45.

⁴ JO C 99 E de 03.04.2012, p. 101.

⁵ JO C 236 E de 12.08.2011, p. 57.

⁶ Textos aprovados, P7_TA(2012)0429.

⁷ JO C 229 de 31.07.2012, p. 77.

empresas de todas as dimensões;

- B. Considerando que o conceito de “responsabilidade social das empresas”, habitualmente utilizado nas instituições da UE, não deve ser considerado distinto dos conceitos afins de práticas empresariais responsáveis ou éticas, “ambiente, sociedade e governação”, desenvolvimento sustentável e responsabilização empresarial;
- C. Considerando que a abordagem multilateral deve permanecer a pedra angular de todas as iniciativas sobre RSE apoiadas pela UE e que a base da RSE mais credível é representada pelas próprias empresas, a partir do nível local;
- D. Considerando que a Iniciativa Global sobre a Elaboração de Relatórios tem proporcionado a metodologia mais amplamente aceite a nível internacional no que respeita à transparência empresarial e considerando que a criação do Comité Internacional de Informação Integrada (IIRC), incluindo os maiores organismos mundiais que estabelecem normas de contabilidade, indica que a informação sobre a sustentabilidade das empresas integrada nas contas financeiras se tornará a norma a nível mundial em menos de uma década;
- E. Considerando que o trabalho inicial efetuado pelo The Prince’s Accounting for Sustainability Project (Projeto Contabilidade para a Sustentabilidade do Príncipe de Gales), pela TEEB for Business (A Economia dos Ecossistemas e a Biodiversidade) e pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente possibilitou agora às empresas a compreensão total e exata da avaliação pecuniária do seu impacto social e ambiental externo e, por conseguinte, a inclusão deste na gestão financeira da empresa;
- F. Considerando que se verificou uma mudança profunda na comunidade de investidores com mil cento e vinte e três investidores, representando trinta e dois biliões de dólares do total de ativos sob gestão, a apoiarem os Princípios de Investimento Responsável das Nações Unidas (UNPRI); considerando que o Fórum Europeu do Investimento Sustentável calcula que o mercado mundial de investimento socialmente responsável atingiu, aproximadamente, sete biliões de euros em setembro de 2010 e que oitenta e dois investidores conduzidos pela Aviva Global Investors, representando cinquenta biliões de dólares do total de ativos sob gestão, tomaram a iniciativa na Cimeira para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas de apelar à obrigatoriedade da informação sobre a sustentabilidade das empresas;
- G. Considerando a criação da Plataforma Multilateral Europeia sobre RSE, a realização de uma série de projetos-piloto e projetos de investigação e as atividades da antiga Aliança para as Empresas, todas contribuíram para sólidos resultados da ação europeia no domínio da RSE, juntamente com o constante e valioso contributo prestado por uma “família” de organizações europeias de RSE, incluindo a RSE Europa, a Academia Europeia da Empresa na Sociedade (EABIS), o Fórum Europeu de Investimento Social (Eurosif) e a European Coalition for Corporate Justice (ECCJ – Coligação Europeia para a Justiça nas Empresas);
- H. Considerando que é essencial dispor de um certo número de normas comuns para a RSE, que as diferenças quanto à importância também requerem abordagens diferenciadas por parte da indústria e que, numa sociedade livre, as empresas não podem ser forçadas a

praticar atos de natureza caritativa, o que poderia contribuir para reduzir a generosidade dos cidadãos;

- I. Considerando que os códigos de conduta das empresas têm desempenhado um papel importante na crescente sensibilização para a RSE, mas que constituem uma resposta insuficiente dada a frequente falta de especificidade, incoerência com as normas internacionais em vigor, exemplos de evasão de questões importantes, falta de comparabilidade e transparência na aplicação;
- J. Considerando que os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre as Empresas e os Direitos Humanos foram aprovados unanimemente nas Nações Unidas, com o total apoio dos Estados-Membros da UE, da Organização Internacional dos Empregadores e das Câmaras de Comércio Internacional, incluindo o apoio ao conceito de uma “combinação inteligente” de ações regulamentares e voluntárias;
- K. Considerando que o anterior Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Comércio e os Direitos Humanos, John Ruggie, solicitou aos Estados-Membros da UE, enquanto parte da Conferência RSE convocada pela Presidência sueca então em exercício, que clarificassem e apoiassem a inclusão da questão da jurisdição extraterritorial para as violações efetuadas pelas empresas em países terceiros vulneráveis; considerando que este apelo foi posteriormente corroborado pelas conclusões do Conselho Europeu, mas sem que tenham sido tomadas medidas até agora;
- L. Considerando o estudo da Comissão Europeia sobre as disparidades em matéria de governação entre os instrumentos e as normas internacionais da RSE e a legislação europeia em vigor, conhecido como "estudo de Edimburgo", publicado em outubro de 2010 e cujos resultados foram apresentados no Relatório anual de 2011 sobre os direitos humanos, integralmente aprovado pelo Conselho Europeu e pelo Parlamento Europeu;
- M. Considerando que as orientações da OCDE sobre empresas multinacionais constituem a norma internacional mais credível de RSE e que a atualização acordada em maio de 2011 representa uma oportunidade importante para impulsionar a aplicação da RSE;
- N. Considerando que numerosas iniciativas internacionais tiveram lugar para assegurar a informação obrigatória sobre a sustentabilidade das empresas, incluindo a obrigação de as empresas estatais chinesas elaborarem relatórios, de as empresas informarem sobre a aplicação das diretrizes de RSE desenvolvidas pelo Governo da Índia e de as empresas divulgarem o seu desempenho em matéria de sustentabilidade, exigida para a cotação em bolsa no Brasil, na África do Sul e na Malásia e pela Comissão de Títulos e Câmbios dos Estados Unidos;
- O. Considerando que a lei dinamarquesa sobre as demonstrações financeiras (2008), relativa à informação sobre a sustentabilidade das empresas, com requisitos adicionais específicos de informação sobre as alterações climáticas e o impacto em matéria de direitos humanos, tem tido enorme sucesso junto das empresas dinamarquesas, com 97% destas optando por elaborar relatórios apesar da existência da disposição “cumprir ou explicar” durante os três primeiros anos da sua aplicação;
- P. Considerando que a França e a Dinamarca concordaram em ser dois dos quatro governos

de Estados membros das Nações Unidas a contribuir para a aplicação do compromisso de informação sobre a sustentabilidade das empresas do Rio +20 das Nações Unidas;

- Q. Considerando que a atualização das orientações da OCDE sobre empresas multinacionais, conduzida pelos Países Baixos, ofereceu a oportunidade de aumentar a sua visibilidade e estatuto através do sistema de "pontos de contacto nacionais", pôs fim ao “nexo investimento” que impedia a sua plena aplicação à cadeia de abastecimento e integrou completamente os princípios orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos;
- R. Considerando que a resolução do Parlamento Europeu sobre a Estratégia UE 2020 afirma a existência de um vínculo inextricável entre a responsabilidade das empresas e a governação das empresas;
- S. Considerando que o estudo “Green Winners” de 2009 sobre noventa e nove empresas demonstrou que, em dezasseis setores industriais diferentes, as empresas com estratégias de RSE ultrapassaram o desempenho médio do seu setor em pelo menos 15%, representando uma capitalização de mercado adicional de 498 milhões de euros (650 milhões de dólares) por empresa;
- T. Considerando que o inquérito “Global CEO Survey”, de 2012, demonstra que as empresas reconhecem que o crescimento implica trabalhar em estreita colaboração com as populações locais, com mais de 60%, por exemplo, a planejar aumentar os seus investimentos nos próximos três anos para ajudar a manter a saúde da força de trabalho;
1. Reconhece que a comunicação da Comissão faz parte de um conjunto de declarações políticas que servem para que a RSE seja mais amplamente promovida, seja integrada nas políticas da UE e constitua um princípio bem estabelecido da ação europeia; requer que a Comissão e os Estados-Membros se baseiem na estratégia sobre a RSE 2014-2020 para tomarem medidas concretas destinadas a incentivar as empresas a empenharem-se na RSE;
 2. Salienta que uma consciencialização ativa da responsabilidade social propicia às empresas uma maior confiança e aceitação social;
 3. Concorde, no entanto, com a conclusão da análise exposta na comunicação de que as práticas da RSE estão ainda muito confinadas a um pequeno número de grandes empresas, apesar dos apelos diretos a que mais empresas aderissem à RSE nas comunicações da Comissão de 2001 e 2006; considere, no entanto, que as empresas sempre estiveram envolvidas na sociedade em que operam e que a RSE pode ser introduzida em empresas de qualquer dimensão; observa ainda a necessidade de envolver as PME no debate sobre a RSE, que muitas empresas adotam com base numa abordagem informal e intuitiva que exige um mínimo de administração e nenhum aumento de custos;
 4. Recorda o papel estratégico das PME, que, graças à sua proximidade do território em que operam, podem facilitar a difusão da RSE; solicita à Comissão que desenvolva, em concertação com as autoridades nacionais e as plataformas multilaterais, formas de cooperação setorial entre as PME que lhes permitam fazer face aos problemas sociais e ambientais de forma coletiva;

5. Lamenta que a RSE se mantenha essencialmente centrada em normas ambientais em detrimento das normas sociais, apesar de estas serem essenciais para restaurar um clima social propício ao crescimento económico e à convergência social;
6. Considera que a crise financeira global apresenta um verdadeiro risco de os responsáveis políticos, inclusive na UE, sofrerem as consequências da sua própria visão desastrosa a curto prazo, centrando-se exclusivamente em medidas para uma transparência e responsabilização muito delimitadas nos mercados financeiros e negligenciando a necessidade urgente de os setores financeiros, bem como todos os setores industriais, enfrentarem os desafios prementes e prevaletentes da degradação ambiental e da desintegração social de uma forma integrada;
7. Adverte que as empresas apenas podem ser sustentáveis no futuro se existirem numa economia sustentável e que não pode haver alternativa à transformação no sentido de um futuro com baixo teor de carbono, que também inclua a preservação do capital social e natural do mundo, processo em que a RSE deve desempenhar um papel decisivo;
8. Considera que o "reforço" da RSE deve ser aperfeiçoado através: da tónica colocada nos instrumentos mundiais em matéria de RSE; de um novo impulso das empresas líderes em direção dos seus pares; da transparência das empresas no plano social e ambiental; da utilização de orientações adequadas; do apoio dos poderes públicos à criação de condições propícias à cooperação em favor da RSE e do fornecimento de ferramentas e instrumentos apropriados, tais como um sistema de incentivos; de uma análise de impacto sólida para as iniciativas de RSE existentes; do apoio a novas iniciativas na área social; da adaptação da RSE às necessidades das PME e do reconhecimento crescente, tanto na comunidade empresarial como entre a sociedade em geral, da enorme amplitude dos desafios sociais e ambientais com que se confrontam a Europa e o mundo;
9. Apoia a intenção da Comissão de aprofundar a RSE na Europa, elaborando orientações e sustentando iniciativas multilaterais para setores industriais individuais, e apela às empresas e associações líder que adiram a esta iniciativa;
10. Reitera que a RSE deve ultrapassar a fase de processo para uma fase de produção de resultados;
11. Congratula-se com o facto de a definição de RSE exposta na comunicação da Comissão, que reflete a nova abordagem adotada pela Comissão no Fórum Multilateral em 2009, oferecer uma oportunidade indispensável de inclusão e consenso, e de refletir adequadamente o novo consenso alcançado entre as empresas e outras partes interessadas sobre esta questão graças ao acordo unânime sobre os princípios orientadores das Nações Unidas e outros instrumentos como a norma-guia sobre responsabilidade social ISO 26000; congratula-se com a integração das questões sociais, ambientais, éticas e de direitos humanos nas atividades comerciais; insiste em que a Comissão deve estabelecer uma melhor distinção entre: (1) atos de caridade praticados pela empresas; (2) ação social das empresas com base em leis, regulamentos e normas internacionais; e (3) ação antissocial das empresas, a qual viola as leis, regras e normas internacionais e é de natureza criminosa e tendente à exploração, como se verifica no caso do trabalho infantil ou do trabalho forçado, e que deve ser firmemente condenada;

12. Reitera que a RSE deve alargar-se igualmente à ação das empresas para com os países terceiros ou no interior dos mesmos;
13. Consta com interesse que a Comissão começou a incluir referências claras à responsabilidade social das empresas (RSE) nos acordos comerciais da UE; entende que, tendo em conta o papel essencial desempenhado pelas grandes empresas, respetivas filiais e cadeias de abastecimento no comércio internacional, a responsabilidade social e ambiental das empresas deve tornar-se parte integrante dos capítulos relativos ao "Desenvolvimento sustentável" dos acordos de comércio da UE; solicita à Comissão que elabore propostas concretas para a aplicação dos princípios de RSE no âmbito da política comercial;
14. Considera que “a responsabilidade social” deve igualmente respeitar os princípios e direitos fundamentais, tais como os especificados pela OIT, incluindo em especial a liberdade de associação, o direito à negociação coletiva, a proibição de trabalho forçado, a abolição do trabalho infantil e a eliminação da discriminação no local de trabalho;
15. Elogia vivamente o contributo dado pelos Comissários do Emprego, da Indústria e do Mercado Interno, e o seu apoio no sentido de uma abordagem prospetiva e construtiva na comunicação da Comissão; reconhece o contributo de outros serviços da Comissão através do Grupo Interserviços sobre RSE; insta, no entanto, o Presidente da Comissão a proporcionar uma chefia pessoal no domínio da RSE e a assegurar que existe um empenho total em relação ao compromisso da Comissão com a RSE, em especial por parte das Direções-Gerais do Ambiente e das que se ocupam das relações externas;
16. Reitera a sua convicção de que a RSE deve incluir medidas sociais, referentes nomeadamente à formação profissional, à conciliação da vida familiar e profissional e a condições de trabalho adequadas; reitera a sua convicção no "dossiê documental" da RSE, mas insiste em que, sempre que tal dossiê não seja aplicável a curto prazo numa situação ou empresa concretas, tal nunca pode servir de pretexto para uma opção irresponsável e uma ação antissocial; considera que existe investigação suficiente para provar o “dossiê documental” e que a prioridade deve ser a divulgação dessa investigação; requer que a nova investigação sobre RSE seja dedicada à avaliação do impacto cumulativo do comportamento empresarial alterado devido à RSE no que diz respeito aos desafios globais europeus e mundiais, tais como as emissões de carbono, a acidificação da água, a pobreza extrema, o trabalho ou a desigualdade infantil, e que os novos ensinamentos alimentem o futuro contributo da Europa para o desenvolvimento de iniciativas globais de RSE;
17. Concorde com a análise da Comissão de que a RSE é cada vez mais importante para a licença social de funcionamento de uma empresa, dada a incidência de protestos sociais, tais como os movimentos antiglobalização e “Occupy”, de conflitos sociais e, por vezes, de relações laborais conflituosas; considera que mesmo a União Europeia deve adotar a RSE como a sua própria “licença social” para exercer atividade comercial ou obter benefícios económicos junto de outros países e regiões do mundo; considera, em especial, que a RSE deve constituir um elemento “central” das políticas comerciais da Europa;
18. Reconhece que se verifica uma lacuna fundamental nas iniciativas de RSE se as empresas

que aproveitam o facto de praticarem a RSE conseguem evitar os grupos de interesse críticos ou questões sensíveis relevantes para as suas empresas e para a sua cadeia de abastecimento mundial; solicita à Comissão que, em colaboração com as autoridades orçamentais e os parceiros sociais, recorra ao trabalho prévio dos «laboratórios» de RSE para esclarecer como as empresas e as respetivas partes interessadas podem identificar objetivamente as questões sociais e ambientais que são importantes para a empresa em questão e solicita igualmente uma seleção equitativa e equilibrada das partes a associar às iniciativas de RSE;

19. Considera que os consumidores prestam cada vez mais atenção às atividades de RSE realizadas pelas empresas, pelo que encoraja as empresas a serem transparentes, em especial nas atividades empresariais relacionadas com preocupações éticas, sociais e ambientais;
20. Salaria que a RSE apenas será viável se as disposições legais em vigor e as convenções coletivas dos parceiros sociais forem observadas a nível local;
21. Entende que, no quadro da avaliação da responsabilidade social de uma empresa, deve ser tido em conta o comportamento das empresas que fazem parte da sua cadeia de fornecimento, bem como das empresas subcontratadas;

Recuperação sustentável

22. Apoiar firmemente a afirmação contida na comunicação da Comissão de que "contribuir para mitigar as consequências sociais da atual crise" e encontrar modelos empresariais sustentáveis fazem parte da responsabilidade social das empresas; solicita à Comissão e aos Estados-Membros que auxiliem as empresas a empenharem-se na RSE, em cooperação com os representantes dos trabalhadores, e a adotarem iniciativas para manter e criar emprego, especialmente para jovens e mulheres, em todas as áreas de atividade (como a gestão e a formação, os mercados, os recursos humanos, o ambiente e a sociedade), com especial atenção aos jovens afetados por múltiplas desvantagens, tais como os ciganos e as pessoas com deficiência, não só para empregados sem qualificações específicas, mas também para altos quadros de gestão a partir do mercado de trabalho local e estabelecendo, por exemplo, um sistema que permita aos licenciados trabalharem em estágios de qualidade, de modo a obterem a experiência necessária aos empregadores no setor privado;
23. Considera que as empresas devem participar na resolução dos problemas sociais agravados pela crise económica, tais como a falta de alojamento e a pobreza, e no desenvolvimento das comunidades em que funcionam;
24. Reconhece que a crise económica tem sido acompanhada por um aumento da precarização do emprego, especialmente entre as mulheres, por diferenças a nível das condições de trabalho, em parte decorrentes da subcontratação, com um recurso cada vez maior ao trabalho a tempo parcial para numerosos trabalhadores que aspiram a um emprego a tempo inteiro e por um aumento das práticas no mercado de trabalho que relevam, por vezes, da exploração e com um ressurgimento do setor informal; convida a Comissão e o Fórum Multilateral Europeu a examinarem em particular o crescimento da subcontratação; insta a que este trabalho se reja pela aplicabilidade dos princípios orientadores das Nações

Unidas à cadeia de abastecimento e, em especial, ao conceito de “avaliação de impacto”, independentemente dos diferentes níveis de fornecedores;

25. Nota que a observância da legislação em matéria de condições de trabalho exigentes do ponto de vista físico, de criação de procedimentos e políticas de recrutamento e rescisão, de proteção dos dados e da privacidade dos trabalhadores e de pagamento apurado dos salários e outros benefícios também fazem parte da RSE, motivo por que reclama o seu cumprimento;
26. Reconhece que a crise tem efeitos sobre a estrutura social; congratula-se com a série de medidas tomadas por algumas empresas para incorporar grupos vulneráveis e desfavorecidos no mercado de trabalho; requer às empresas que persistam neste tipo de iniciativas; salienta, no entanto, que o encerramento e a retração da atividade das empresas põem em risco algumas das conquistas obtidas através da RSE, tais como o emprego de grupos sociais vulneráveis, em particular as pessoas com deficiência, a melhoria da formação e do estatuto destes trabalhadores, a promoção inovadora de novas formas de produção e serviços socialmente úteis, por exemplo através de uniões de crédito, a promoção de novos modelos de emprego através das empresas sociais, das cooperativas e do comércio justo; considera que é, portanto, essencial determinar valores de referência para medidas sociais; convida a Comissão Europeia a proceder a uma ampla análise do impacto social da crise sobre estas iniciativas, integrando uma abordagem baseada na igualdade entre homens e mulheres e a colocar a tónica nos países do sul da Europa, e a consultar os parceiros sociais e as partes interessadas na RSE sobre os seus resultados;
27. Considera que as ações de RSE não só beneficiam o conjunto da sociedade como também auxiliam a empresa a melhorar a sua imagem e a valorizar-se junto dos potenciais consumidores, permitindo-lhe ser economicamente viável a longo prazo;
28. Observa que a criação de programas de desenvolvimento de competências e de aprendizagem ao longo da vida destinados aos trabalhadores, a realização de avaliações periódicas individuais dos funcionários e o estabelecimento de um programa de gestão de talentos, a par da definição de objetivos individuais e de metas de desenvolvimento de âmbito empresarial para os trabalhadores, aumenta a sua motivação e o seu empenho, o que constitui um elemento essencial da RSE;
29. Salienta que, especialmente em tempos de crise, as empresas que operam em conformidade com a RSE devem ajudar a desenvolver a capacidade de inovação das suas regiões, seja através da introdução de soluções tecnológicas inovadoras e amigas do ambiente nas cadeias de produção, seja por meio de novos investimentos e do fomento da modernização; realça que a integração das preocupações de índole ambiental, tais como a biodiversidade, as alterações climáticas, a utilização eficiente dos recursos, a saúde ambiental da RSE, nas atividades empresariais oferece a possibilidade de promover uma recuperação sustentável;
30. Considera que a crise financeira pode, em alguns casos, ter abalado a confiança dos trabalhadores quanto à capacidade das empresas para cumprir os compromissos a longo prazo relativos aos direitos de pensão do regime privado, tendo em conta as diferenças entre os regimes de pensão na EU na sequência da crise; convida as empresas responsáveis a enfrentarem este problema, em colaboração com a Comissão e os parceiros

sociais, inclusive criando mecanismos abertos, inclusivos e baseados em regras para a gestão dos investimentos dos fundos de pensões e, como parte do desafio mais vasto da RSE, a enfrentarem a questão do envelhecimento ativo numa época de evolução demográfica; considera que o restabelecimento da confiança entre trabalhadores e empresas é essencial para uma recuperação económica sustentável;

Organização internacional e abordagens multilaterais

31. Elogia vivamente a ênfase dada na comunicação da Comissão ao reforço e aplicação das normas internacionais, e, tendo em vista a atualização de 2011 das orientações da OCDE e do acordo sobre os princípios orientadores nas Nações Unidas, considera que, na atual ação da UE, deve ser mais privilegiada a aplicação integral dessas orientações e princípios pelas empresas europeias; sublinha que estas orientações da OCDE foram definidas e reconhecidas a nível internacional a fim de proporcionar e manter a igualdade das condições de concorrência, ao mesmo tempo que se fomentam práticas empresariais abertas, justas e responsáveis em todo o mundo; sugere à Comissão que informe anualmente o Parlamento Europeu e o Conselho sobre a aplicação destas orientações da OCDE na União;
32. Salienta a importância do enquadramento das políticas comunitárias em matéria de RSE em consonância com as normas internacionais, a fim de evitar interpretações divergentes e riscos de vantagens ou desvantagens concorrenciais a nível nacional ou internacional;
33. Insiste em que cada um dos 27 Estados-Membros deve acelerar a revisão do seu plano de ação nacional em matéria de RSE e o desenvolvimento de planos nacionais para aplicar as orientações relevantes da OCDE e os Princípios Orientadores da ONU, que importa finalizar, o mais tardar, até dezembro de 2013; considera que os Estados-Membros devem assegurar que esses planos sejam elaborados com a participação de todas as partes interessadas, incluindo ONG, sociedade civil, sindicatos, associações de empregadores e Instituições Nacionais dos Direitos Humanos (INDH); solicita à UE que facilite o aproveitamento da experiência dos Estados-Membros que empreendem atualmente este processo; encoraja os Estados-Membros a inspirarem-se nas orientações constantes da norma ISO 26000, na versão mais recente das orientações da Iniciativa Global sobre a Elaboração de Relatórios e nas orientações desenvolvidas pelo Grupo Europeu das Instituições Nacionais dos Direitos Humanos (INDH);
34. Solicita uma maior coerência política a nível da UE, tornando os contratos públicos, o crédito à exportação, a boa governação, a concorrência, o desenvolvimento, o comércio, o investimento e outras políticas e acordos conformes com as normas internacionais em matéria de direitos humanos e as normas sociais e ambientais estabelecidas nas orientações e princípios relevantes da OCDE e da ONU; solicita, neste contexto, a cooperação com os órgãos representantes dos trabalhadores, dos empregadores e dos consumidores, apoiando-se em pareceres relevantes das INDH, como o documento sobre os direitos humanos e contratos públicos apresentado à Comissão pelo Grupo Europeu das Instituições Nacionais dos Direitos Humanos; solicita avaliações de impacto das propostas legislativas pertinentes e adequadas no caso de possíveis incoerências com os Princípios Orientadores das Nações Unidas, e insiste na coordenação com Grupo de Trabalho da

ONU sobre as Empresas e os Direitos Humanos para evitar interpretações divergentes e incoerentes com os referidos Princípios Orientadores;

35. Congratula-se, em particular, com a inclusão do setor das TIC nas orientações europeias específicas sobre as empresas e os direitos humanos; reconhece os verdadeiros dilemas criados pela necessidade de proteger a privacidade e combater os conteúdos criminosos, por um lado, e o objetivo de defender a liberdade de expressão, por outro, conforme evidenciado pela recente controvérsia criada pelo vídeo anti-islâmico colocado no YouTube; insta a que muitas mais empresas europeias se envolvam na iniciativa multilateral mais importante neste domínio, a Iniciativa da Rede Global (GNI), atualmente dominada por empresas sediadas nos Estados Unidos;
36. Insiste em que todo o "financiamento do comércio e do desenvolvimento" oferecido aos atores do setor privado por mecanismos de investimento da UE, pelo Banco Europeu de Investimento e pelo Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento deve incluir cláusulas contratuais que exijam o cumprimento das orientações da OCDE sobre empresas multinacionais e dos princípios orientadores das Nações Unidas sobre as empresas e os direitos humanos, com disposições em matéria de prestação de contas e um mecanismo de reclamações claro; reitera o seu apelo aos Estados-Membros para procederem da mesma forma relativamente à emissão de créditos à exportação a empresas;
37. Congratula-se com a iniciativa da Comissão relativa aos planos de ação nacionais para a implementação dos princípios orientadores das Nações Unidas sobre as empresas e os direitos humanos; solicita ao Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) que desempenhe um papel muito maior para contribuir para a sua aplicação a alto nível e para incentivar um acompanhamento e uma informação eficazes; requer um "processo de revisão paritária" entre os Estados-Membros para impulsionar a sua implementação; solicita à Comissão Europeia e ao SEAE que empreendam uma avaliação da aplicação dos planos de ação, juntamente com uma avaliação das ações a nível da UE, e que informem o Conselho Europeu e o Parlamento até final de 2014;
38. Reconhece que as empresas funcionam cada vez mais em Estados vulneráveis e que têm o dever de proteger o seu pessoal dos conflitos, do terrorismo e do crime organizado; insiste, no entanto, que as empresas têm igualmente o dever de garantir que as medidas de segurança não prejudiquem a paz ou segurança de outrem no local onde funcionam e que as possam tornar alvo de acusações de cumplicidade na violação dos direitos humanos; exorta a Comissão e os Estados-Membros a assegurarem uma adoção muito mais ampla dos princípios internacionais em matéria de segurança voluntária e a acordarem num quadro regulamentar internacional sobre a regulamentação, o acompanhamento e a supervisão das atividades das empresas militares e de segurança privadas (PMSC);
39. Insta as empresas e outras partes interessadas a envolverem-se de forma construtiva no processo da Comissão de orientações setoriais sobre os direitos humanos e a utilizarem as orientações resultantes quando estiverem completadas;
40. Exorta a Comissão, em particular a sua DG da Justiça, a apresentar propostas para melhor facilitar o acesso à justiça nos tribunais da UE para os casos mais extremos e flagrantes de violação dos direitos humanos ou laborais por parte das empresas sediadas na Europa, das

suas filiais, subcontratantes ou parceiros comerciais, conforme recomendado pelo Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para as Empresas e os Direitos Humanos;

41. Observa igualmente a necessidade de se criar e desenvolver mecanismos de denúncia de violações dos Direitos Humanos dentro das empresas a título individual;
42. Considera que o estudo “Green Winners” demonstra, de forma definitiva, o elo positivo entre empresas que desenvolvem a RSE e o seu melhor desempenho financeiro pós-crise; apoia o conceito de “competitividade responsável” e realça que o mercado potencial para bens e serviços social e ambientalmente úteis permanece uma oportunidade de mercado única para as empresas, respondendo igualmente às necessidades societais;
43. Partilha a opinião das empresas identificada no inquérito “Global CEO Survey” de 2012 de que o crescimento empresarial sustentável requer uma estreita colaboração com as populações, os governos e os parceiros empresariais locais, bem como investimento nas comunidades locais; apoia e requer a intensificação das iniciativas empresariais em matéria de criação de emprego, formação, ajudar a gerir condicionalismos de recursos e contribuir para soluções na área da saúde;
44. Exorta a Comissão Europeia, em particular a DG Comércio, a passar de uma abordagem “passiva” para uma abordagem “dinâmica” das orientações da OCDE, inclusive através de uma adesão específica à Declaração da OCDE sobre o investimento internacional e as empresas multinacionais, que inclui as orientações da OCDE, velando pela promoção e apoio contínuo das orientações da OCDE através das delegações da UE em países terceiros, financiando iniciativas de reforço de capacidades com as empresas, os sindicatos e a sociedade civil em países terceiros, assegurando que as orientações são especificamente citadas em todos os novos acordos entre a UE e países terceiros, incluindo todos os tratados de comércio e de investimento; insta a União Europeia a iniciar importantes esforços diplomáticos no sentido de persuadir mais países a nível internacional a tornarem-se signatários e a proporcionarem apoio concreto a grupos da sociedade civil em “casos especiais” de alegadas infrações, em colaboração com os Estados-Membros;
45. Considera que a RSE é um instrumento importante para ajudar a União Europeia a apoiar a aplicação das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a nível internacional; solicita à Comissão que apoie as organizações e os parceiros europeus que desejem realizar projetos sobre as orientações da OCDE e outras normas internacionais de RSE com vista ao reforço das capacidades em países terceiros; solicita à Comissão Europeia que fixe um objetivo específico para negociação e conclusão de novos acordos-quadro sobre questões relacionadas com a RSE e que convide os parceiros sociais a concluírem estes no contexto da sua nova abordagem setorial da RSE; convida a Comissão Europeia, em particular a DG Emprego, a incluir normas laborais na RSE, desenvolvendo projetos-piloto sobre “Trabalho Digno” com governos de países terceiros;
46. Concorda com a comunicação da Comissão de que “o respeito da legislação aplicável e dos acordos coletivos entre parceiros sociais é uma condição prévia para atingir a RSE”; acredita que a RSE deve completar, mas não substituir, a legislação em vigor, a negociação colectiva e o diálogo com os trabalhadores organizados em sindicatos; acredita

que as empresas devem comprometer-se em discutir sua política de RSE - e elementos como um relatório anual da empresa sobre o impacto social e ambiental das suas atividades - com os trabalhadores e os seus representantes; considera que um quadro normativo opcional para os EFA (Enterprise Flexibility Agreements – acordos de flexibilidade empresarial) deve ser aprovado com base nos possíveis conteúdos desse enquadramento, conforme descrito no documento de trabalho dos serviços da Comissão sobre esse tema;

47. Apela à União e, em particular, à Comissão:

- (1) que garanta que a questão da RSE e dos direitos humanos figure entre as prioridades dos instrumentos financeiros individuais no âmbito do novo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para o período 2014-2020; e
- (2) que desenvolva apoio específico, no âmbito do IEDDH, para a formação e o reforço das capacidades em geral no domínio da RSE e dos direitos humanos junto das organizações da sociedade civil, das INDH, dos defensores dos direitos humanos, dos sindicatos e de outras organizações de direitos humanos;

48. Congratula-se com o facto de algumas empresas terem aproveitado a Cimeira Rio+20 da ONU para defender uma nova convenção mundial sobre a responsabilidade das empresas no sistema das Nações Unidas; considera que, embora essa convenção ainda se encontre distante no tempo, a Europa se deve envolver de forma construtiva no debate; julga, no entanto, que esses debates não devem distrair os decisores políticos nas empresas e nos governos de prosseguir a aplicação dos instrumentos de RSE em vigor com urgência; recorda o facto de existirem diferentes modelos sobre a emergência de novas formas de governação mundial da RSE, além do sistema das Nações Unidas, por exemplo fomentando a propagação das orientações da OCDE entre não membros ou através de uma iniciativa independente de governos que partilhem a mesma posição; insta a União Europeia, a Comissão Europeia e os Estados-Membros a desenvolverem e defenderem propostas específicas para um contributo concreto e verificável das empresas, a acordar como parte dos objetivos de desenvolvimento sustentável propostos pelas Nações Unidas para o período após 2015;

Políticas públicas em matéria de RSE

49. Corroborar o parecer, emitido no relatório de junho de 2004 do Fórum Multilateral, de que as autoridades públicas podem dar um importante contributo ao avanço da RSE, incluindo nos concursos públicos, e exorta os Estados-Membros a dar um novo e significativo impulso a estes esforços através do Grupo de Alto Nível e outros meios;
50. Solicita que, nos casos em que a UE ou os Estados-Membros sejam parceiros de negócios (por exemplo, no contexto dos contratos públicos, das empresas estatais, das empresas comuns, das garantias de crédito à exportação e dos projetos de grande escala em países terceiros), a coerência com as orientações e princípios da OCDE e da ONU seja uma prioridade que se reflita em cláusulas específicas com consequências para as empresas que violem flagrantemente as normas sociais, ambientais e de direitos humanos;
51. Acentua a importância do quadro das Nações Unidas "Proteção, Respeito e Reparação" e

considera que os seus três pilares – a responsabilidade do Estado de proteção das violações dos direitos humanos, a responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos e a necessidade de um acesso mais efetivo a reparações – devem ser apoiados por medidas adequadas que permitam a sua aplicação;

52. Sublinha que, dado o seu peso nas trocas comerciais internacionais, as empresas europeias, suas filiais e os seus subcontratantes desempenham um papel fundamental na promoção e difusão das normas sociais e laborais a nível mundial; reconhece que é muitas vezes mais útil resolver "in situ" as queixas contra as empresas da UE que operam no exterior; elogia os Pontos de Contacto Nacionais da OCDE, como mecanismos não jurídicos implantados ao nível dos Estados, que podem mediar um vasto leque de litígios relacionados com as empresas e os direitos humanos; apela, no entanto, a um maior esforço por parte das empresas no desenvolvimento de mecanismos de reclamação em conformidade com os critérios de eficácia definidos nos Princípios Orientadores da ONU, bem como à procura de orientação de referência adicional nos princípios e orientações internacionalmente reconhecidos, em especial as orientações recentemente atualizadas da OCDE para as empresas multinacionais, os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas, a ISO 26000 sobre Responsabilidade Social e a Declaração Tripartida da OIT sobre as empresas multinacionais e a política social;
53. Congratula-se com a intenção da Comissão de alterar as disposições de direito internacional privado contidas no Regulamento Bruxelas I, e particularmente a introdução do princípio do "forum necessitatis"; salienta a necessidade de desenvolver ainda mais o acesso efetivo a reparação por parte das vítimas de violações de direitos humanos decorrentes de operações realizadas por empresas no exterior da UE, através da revisão dos regulamentos de Bruxelas I e Roma II; requer medidas eficazes para eliminar os obstáculos existentes à justiça, tais como despesas excessivas com processos judiciais, por meio de iniciativas como o desenvolvimento de padrões mínimos de reparação coletiva, ou de soluções ao problema da "personalidade jurídica própria" das empresas;
54. Apela ao desenvolvimento de normas de responsabilização mais transparentes e eficazes para as empresas tecnológicas da UE em relação à exportação de tecnologias que podem ser usadas para violar direitos humanos ou agir contra os interesses de segurança da UE;
55. Insta à aplicação do princípio "conhecimento do utilizador final" para garantir um maior controlo e impedir violações dos direitos humanos a montante ou a jusante das cadeias de abastecimento e dos processos de produção ou fluxos de mercado;
56. Considera que os Estados-Membros devem responsabilizar as empresas pela adoção de princípios e políticas proativas para combater a discriminação e a exclusão social, promover a igualdade de género e respeitar os direitos fundamentais de todos;
57. Convida a Comissão e os Estados-Membros, dada a abordagem multilateral da RSE, a ponderarem o aumento do número de observadores nas reuniões bianuais do grupo de alto nível para incluir dois relatores de comissões pertinentes do Parlamento Europeu, representantes do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, do Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho, e um representante respetivamente das empresas, dos sindicatos e da sociedade civil da Europa, nomeado pelo comité de coordenação do Fórum Multilateral;

58. Reconhece que a necessidade, apontada na Declaração de Laeken de 2001, de aproximar as instituições da União dos seus cidadãos permanece atual; apoia, além disso, um exame formal da proposta “Solidariedade” de um programa interinstitucional de recursos humanos nas instituições da UE, visando facilitar a interação dos funcionários e dos estagiários dessas instituições com a comunidade através de ações de voluntariado, humanitárias e de caráter social, quer como parte da formação dos funcionários, quer das suas atividades de voluntariado realizadas nos seus tempos livres; destaca que o programa proposto permite uma redução dos custos, representa um importante valor acrescentado e contribuiria para promover e implementar as políticas e os programas da UE; insta todos os Estados-Membros a incluírem o voluntariado de trabalhadores nos seus planos de ação nacionais; apela à assinatura de um "pacto" no quadro do Centro Europeu de Voluntariado que promova a colaboração das organizações da sociedade civil de toda a Europa com as empresas na prossecução deste objetivo;
59. Solicita às empresas que incentivem o voluntariado internacional dos seus assalariados, para facilitar as sinergias entre o setor público e o setor privado na cooperação para o desenvolvimento; solicita à Comissão que apoie as iniciativas das empresas neste sentido através do futuro Corpo Voluntário de Ajuda Humanitária.
60. Considera que os Estados-Membros devem incentivar as empresas a desenvolverem políticas e a aplicarem medidas relativas à necessidade de respeitar a vida privada e familiar de todos os seus trabalhadores; considera ainda que estas políticas e medidas devem ser conformes ao princípio da igualdade e alargar-se a negociações sobre a duração e a organização do horário de trabalho, os níveis salariais, a disponibilização aos trabalhadores de determinadas facilidades práticas e condições de trabalho flexíveis, incluindo a natureza dos contratos e a possibilidade de interrupção da carreira;
61. Reconhece que os indicadores sociais se encontram atrasados em relação aos índices ambientais em termos de avaliação económica e especificidade geral em muitas iniciativas da RSE; considera que, apesar do manual sobre contratos públicos, a própria União Europeia tem sido demasiado limitada neste domínio; requer um estudo sobre “a avaliação do capital social” que conduza a um amplo debate sob chefia europeia sobre uma melhor integração do impacto ambiental na gestão empresarial sustentável; apoia o financiamento de projetos-piloto para desenvolver índices sociais, agências de notação social e a prática da auditoria social em alguns Estados-Membros e setores empresariais;
62. Congratula-se com o reconhecimento do papel que deve ser desempenhado pelos contratos públicos na promoção das práticas de RSE, incluindo o acesso à formação, a igualdade, o comércio equitativo e a integração social dos trabalhadores desfavorecidos e pessoas com deficiência, de modo a proporcionar às empresas um incentivo para reforçar a sua responsabilidade social; continua a não ser claro até que ponto as sucessivas alterações às normas da UE em matéria de contratos públicos foram adotadas pelas autoridades públicas e qual o impacto geral alcançado resultante da melhoria do desempenho ambiental ou social das empresas e dos incentivos à RSE; insta a mais investigação e à avaliação do impacto respetivo que resulte em recomendações claras a fim de criar incentivos às empresas de fácil compreensão; solicita ainda que seja incluído o estudo sobre a prática crescente das empresas de introduzirem cláusulas de RSE nas suas aquisições a título privado, ou seja, nos contratos entre empresas e insta à

identificação de boas práticas neste domínio;

63. Incentiva o recurso às tecnologias da informação e das comunicações e aos meios de comunicação social para encorajar as pessoas interessadas a nível mundial a participar mais ativamente nas consultas multilaterais;
64. Felicita os Estados-Membros pelos esforços consideráveis para desenvolver e aplicar planos de ação nacionais em matéria de RSE em consulta com as várias partes interessadas em muitos países da UE; manifesta, no entanto, a sua preocupação pelo facto de um vasto leque de medidas de política pública não ter ainda produzido um impacto visível e significativo no avanço da RSE; apela à realização de mais estudos e a uma avaliação mais aprofundada das medidas de política pública em matéria de RSE ao nível europeu; convida a própria Comissão Europeia a liderar pelo exemplo enquanto empregadora responsável publicando o seu próprio relatório de RSE em conformidade com o suplemento relativo ao setor público da Iniciativa Global sobre a Elaboração de Relatórios (Global Reporting Initiative - GRI), oferecendo aos funcionários da Comissão tempo livre em função das horas dedicadas a ações de voluntariado e reavaliando a utilização dos investimentos dos fundos de pensões segundo critérios éticos;
65. Solicita que o Ano Europeu da Cidadania 2013 inclua uma componente específica sobre a cidadania das empresas, convidando empreendedores e empresários a participarem nas iniciativas em matéria de RSE existentes nos Estados-Membros e ao nível da UE, a fim de promover e desenvolver o conceito de "bom cidadão empresário";
66. Saúda a intenção da Comissão Europeia de basear o seu novo sistema de recompensas nas práticas existentes neste domínio; considera que os prémios podem incentivar a RSE, mas apenas se os vencedores forem efetivamente representativos das melhores práticas a nível nacional, europeu e global; convida a Comissão Europeia a criar um painel de peritos independente para avaliar este aspeto e proceder a uma "auditoria" deste sistema no presente ano e nos próximos anos numa base contínua; apela a que a publicidade em torno dos prémios reflita a verdadeira complexidade dos desafios que se colocam e dê destaque aos ensinamentos a assimilar por todas as empresas e não exclusivamente pelos vencedores;
67. Considera fundamental que a Comissão desenvolva, logo que possível, a metodologia comum anunciada para medir o desempenho ambiental baseado no custo do ciclo de vida; considera que essa metodologia seria útil quer em termos de transparência da informação das empresas quer em termos de avaliação do desempenho ambiental das empresas pelas autoridades;
68. Exorta a Comissão a acelerar a apresentação de novas propostas no seu programa de trabalho para colmatar as lacunas de governação relativamente às normas internacionais da RSE, tal como recomendado no "Estudo de Edimburgo" que encomendou;
69. Exorta os Estados-Membros a agirem no sentido de reforçar a eficácia das políticas de promoção da responsabilidade social das empresas, mediante, por exemplo, a introdução de compensações pela responsabilidade social das empresas, sob a forma de incentivos à política de investimento e acesso ao investimento público;

70. Felicita os planos da Comissão Europeia para promover iniciativas nos domínios da produção e do consumo responsáveis; está convencido de que a UE pode tirar proveito da experiência adquirida no quadro das iniciativas de RSE assentes na formação específica e no reforço das capacidades dos compradores no seio das empresas; considera que a iniciativa prevista em matéria de transparência pode ser uma das principais forças impulsionadoras do movimento por um consumo ético; apela à Comissão e aos Estados-Membros que analisem a viabilidade e oportunidade do desenvolvimento de um rótulo social europeu destinado a todas as empresas envolvidas na RSE, a fim de assegurar uma melhor visibilidade dos seus esforços neste domínio em relação aos consumidores e investidores e a apoiar os rótulos existentes a fim de promover continuamente a colaboração "ascendente" sob os auspícios da Aliança Internacional para a Certificação e a Rotulagem Social e Ambiental (ISEAL); propõe que as empresas detentoras desse rótulo sejam regularmente supervisionadas no que se refere ao cumprimento das disposições sociais da RSE estabelecidas no rótulo;

Ligação do investimento socialmente responsável com a divulgação

71. Observa que o principal motor do mercado de investimento socialmente responsável é a procura de investidores institucionais mas não deve permanecer essencialmente centrada nos aspetos ambientais; assinala, neste contexto, que a divulgação junto dos investidores e consumidores é um fator-chave da RSE e que deve estar baseada em princípios sociais e ambientais facilmente aplicáveis e mensuráveis; saúda os esforços envidados pela Comissão no sentido de estabelecer um diálogo com a comunidade de investidores sobre questões de RSE; apela a que este empenho assente fortemente no apoio aos princípios de investimento responsável das Nações Unidas e ao princípio de informação integrada;
72. Observa que os beneficiários dos investidores a longo prazo, tais como os fundos de pensões, têm todo o interesse na sustentabilidade das receitas e num comportamento empresarial responsável; considera importante que os incentivos dos intermediários de investimento correspondam efetivamente aos interesses dos beneficiários e não sejam subordinados a uma interpretação restritiva desses interesses focalizada unicamente na maximização das receitas a curto prazo; é favorável a um quadro legislativo que apoie este objetivo; saúda o facto de a Comissão estar a trabalhar na elaboração de propostas relativas ao investimento a longo prazo e à governação empresarial que contribuirão para abordar estas questões;
73. Exorta a Comissão a apresentar uma proposta relativa à divulgação de informações não financeiras pelas empresas; louva o facto de a presente proposta se basear numa ampla consulta pública, bem como numa série de sessões de trabalho com as partes interessadas; adverte para o facto de que a utilização do termo "não financeiras" não deve dissimular as verdadeiras consequências financeiras para as empresas dos impactos a nível social, ambiental e sobre os direitos humanos; acredita que a proposta dá à UE a oportunidade de recomendar às empresas europeias que apliquem os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre as Empresas e os Direitos Humanos¹ e Pacto Mundial das Nações Unidas e que estes princípios devem ser harmonizados com a divulgação de informação integrada, de acordo com o que está atualmente a ser desenvolvido pelo Comité Internacional de Informação Integrada (IIRC); salienta que qualquer eventual solução deve ser flexível e não comportar encargos e despesas administrativas elevadas, especialmente para empresas

com menos de 500 empregados; considera que um sistema baseado na obrigação de "cumprir ou explicar" constitui um instrumento útil;

74. Observa que, para melhorar a credibilidade das iniciativas empreendidas por uma empresa, o respetivo relatório social deve ser auditado por uma entidade externa;

Impulso da RSE

75. Concorde que o Fórum Multilateral Europeu continue a liderar a gestão do apoio à implementação das propostas contidas na comunicação da Comissão; salienta que uma melhor adaptação da RSE às PME permitirá assegurar mais amplamente a sua difusão a nível europeu; convida todos os participantes a contribuir para o trabalho do fórum por meio de uma abordagem caracterizada pela flexibilidade, abertura de espírito e criação de consensos, de acordo com o verdadeiro espírito da RSE;
76. Insiste em que os direitos e as liberdades sindicais e a existência de órgãos de representação dos trabalhadores democraticamente eleitos estão no centro de qualquer estratégia de RSE; louva o abrangente quadro europeu de diálogo social setorial e intersetorial, e preconiza a consulta e o envolvimento completos e ativos das organizações representativas e dos sindicatos no desenvolvimento, funcionamento e acompanhamento dos processos e estruturas de responsabilidade social das empresas, trabalhando com os empregadores no quadro de uma verdadeira parceria; exorta a Comissão a tratar os sindicatos e representantes do pessoal, que são atores essenciais, como parceiros no diálogo relativo a matérias relacionadas com a RSE, em conjunto com as empresas e outros interessados; considera que os parceiros sociais podem desempenhar um importante papel na promoção da responsabilidade social das empresas, que, note-se, contribui para o diálogo social e o facilita;
77. Preconiza que as políticas em matéria de RSE incluam também medidas específicas com vista a combater a prática ilegal de colocar os trabalhadores em listas negras e de lhes recusar o acesso ao emprego, frequentemente devido à sua filiação e às suas atividades sindicais ou à sua qualidade de representantes para a saúde e segurança;
78. Insiste em que qualquer empresa relativamente à qual se prove que utiliza a prática de colocar trabalhadores na lista negra ou que viola direitos humanos e normas do trabalho deve ser excluída de receber subvenções e financiamentos da UE e de participar em convites à apresentação de propostas ou outros tipos de contratos públicos a nível da UE, nacional ou de autoridades públicas;
79. Assinala que as políticas de RSE devem ser respeitadas não só pela empresa ou contratante principal, como também por quaisquer subcontratantes ou cadeias de aprovisionamento a que possa recorrer, seja no fornecimento de bens, trabalhadores ou serviços, assegurando, deste modo, uma igualdade de condições baseada numa remuneração justa e em condições de trabalho dignas e garantindo os direitos e liberdades sindicais;
80. Aprova a diretiva da Comissão sobre as normas mínimas relativas aos direitos das vítimas e solicita que as políticas de responsabilidade social das empresas dos setores pertinentes (nomeadamente das viagens, dos seguros, da hotelaria e das telecomunicações) incluam

estratégias positivas e práticas, bem como estruturas de apoio às vítimas da criminalidade e às respetivas famílias em tempos de crise; solicita ainda a adoção de políticas específicas de proteção dos trabalhadores que sejam vítimas de um crime, seja no local de trabalho ou fora dele;

81. Admite que não pode ser prevista uma abordagem "unidimensional" para a RSE, mas considera que a profusão de iniciativas em matéria de RSE, embora revele o reconhecimento da importância das políticas de RSE, pode gerar custos adicionais e representar um obstáculo para a sua aplicação, minando a confiança e a equidade; considera ser necessário prever uma suficiente flexibilidade na aplicação das orientações RSE, a fim de atender às necessidades específicas de cada Estado-Membro e região e, em particular, no que diz respeito às capacidades das PME; congratula-se, todavia, com o facto de a Comissão se comprometer, em colaboração com o Parlamento e o Conselho, bem como outros organismos internacionais, a alcançar uma "convergência" fundamental das iniciativas em matéria de RSE a longo prazo e o intercâmbio e a promoção de boas práticas empresariais em matéria de RSE, bem como a avançar com as diretrizes estabelecidas na Norma Internacional ISO 26000, de modo a garantir uma única e global, definição coerente e transparente de RSE; exorta a Comissão a contribuir efetivamente para a orientação e coordenação das políticas dos Estados-Membros, minimizando, assim, o risco de custos adicionais para as empresas operantes em mais do que um Estado-Membro, em resultado de disposições divergentes;
82. Considera que a noção de que a RSE constitui um "luxo" apoiado pelas empresas apenas em tempos de prosperidade económica foi refutada de forma determinante pelos níveis constantemente elevados de participação das empresas em ações de RSE; está convencido de que esta é uma suposição obsoleta que ignora a importância da reputação e também do nível de riscos externos que pesa sobre a rentabilidade das empresas modernas; convida todos os decisores europeus a integrarem a RSE a todos os níveis da política económica e, nomeadamente, a reforçarem a RSE no quadro da Estratégia 2020;
83. Salaria que a RSE deve ser aplicada ao conjunto da cadeia global de abastecimento, nomeadamente em todos os níveis de subcontratação, seja o fornecimento de bens, trabalhadores ou serviços, deve incluir disposições que alargam a proteção aos trabalhadores migrantes, temporários e destacados e deve basear-se em remunerações justas e condições de trabalho com dignidade e garantir os direitos e liberdades sindicais; considera que é necessário definir de forma mais precisa o conceito de gestão responsável da cadeia de abastecimento como mecanismo promotor da RSE;
84. Acolhe positivamente as atividades desenvolvidas por algumas escolas de comércio para promover as RSE, embora reconheça que se trata de uma minoria; insta o Grupo de Alto Nível e os Estados-Membros, em cooperação com a Comissão e, se for caso disso, com as universidades, a examinar a forma de integrar a RSE, a gestão e a cidadania responsáveis nos programas de ensino e formação no domínio da gestão para todos os futuros empresários europeus, de modo a que a RSE se torne numa pedra angular da governação estratégica das empresas, e a reforçar o conceito de consumo sustentável; considera que tal deve incluir as crianças em idade escolar que participem em programas de aprendizagem sobre o empreendedorismo jovem; insta a Comissão a continuar a apoiar financeiramente projetos de educação e formação em matéria de RSE no quadro dos

programas da UE de Aprendizagem ao Longo da Vida e Juventude em Ação;

85. Reitera que a RSE deveria ser aplicável a todas as empresas, de modo a criar condições de concorrência justas e equitativas; destaca, todavia, que a forma como as indústrias extrativas funcionam nos países em desenvolvimento leva a que seja necessário transcender uma abordagem facultativa; salienta que o investimento da indústria petrolífera na Nigéria constitui um bom exemplo das limitações da responsabilidade social das empresas nos termos em que se vê concretizada atualmente, com as empresas a não empreenderem iniciativas de responsabilidade social tendo em vista criar práticas sustentáveis de negócios ou contribuir para o desenvolvimento dos seus Estados de acolhimento; apoia firmemente a proposta legislativa sobre a apresentação de relatórios por país tendo por base as regras da Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas, a apresentação de relatórios sobre vendas e lucros, bem como sobre impostos e receitas, a fim de desencorajar a corrupção e a evasão fiscal; convida as indústrias extrativas europeias que operam nos países em desenvolvimento a constituírem um exemplo de responsabilidade social e promoção do trabalho digno;
86. Solicita que sejam estabelecidas, a nível da UE, normas de devida diligência em matéria de direitos humanos e da cadeia de fornecimento que cumpram os requisitos estabelecidos na Orientação de Diligência Prévia da OCDE para Cadeias de Fornecimento Responsável de Minerais de Áreas Afetadas por Conflitos e de Alto Risco, tratando, entre outras questões, de setores de impacto negativo ou positivo potencialmente elevado em matéria de direitos humanos, como as cadeias de produção globais e locais, os "minerais de conflito", a subcontratação, a usurpação de terras e as regiões onde o direito do trabalho e a proteção dos trabalhadores são insuficientes ou onde são produzidos produtos perigosos para o ambiente e a saúde; congratula-se com os programas já instituídos pela UE, nomeadamente o programa de aplicação da legislação, governação e comércio no setor florestal (FLEGT) no domínio da silvicultura, e apoia iniciativas privadas como a Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas (ITIE);
87. Convida a Comissão a empreender novas iniciativas com vista a desbloquear e reforçar o potencial da responsabilidade social das empresas para a abordagem do problema das alterações climáticas (através da sua ligação à eficiência em termos de recursos e à eficiência energética), por exemplo a nível do processo de aquisição de matérias-primas das empresas;
88. Salienta que a assistência da UE aos governos de países terceiros para a aplicação de medidas de regulação social e ambiental juntamente com regimes de inspeção eficazes é um complemento necessário à promoção da responsabilidade social das empresas europeias a nível mundial;
89. Sugere que os governos dos Estados-Membros solicitem ao BEI a inclusão de uma cláusula relativa à RSE nas suas intervenções;
90. Insta a Comissão a promover a RSE em instâncias multilaterais, apoiando uma maior cooperação entre a OMC e outras instâncias multilaterais que se ocupem da RSE, como a OIT e a OCDE;
91. Apela a que seja criado um sistema de cooperação jurídica transnacional entre a UE e os

países terceiros signatários de acordos de comércio bilaterais, a fim de garantir o acesso efetivo das vítimas à justiça no país onde se registam casos de infrações à legislação social ou ambiental, ou de inobservância dos compromissos em matéria de RSE, por parte de multinacionais e das suas filiais, e apoiar a implementação de processos judiciais internacionais que visem sancionar, se assim for o caso, infrações à lei cometidas pelas empresas;

92. Apela à realização de avaliações do impacto das novas tecnologias nos direitos humanos, se possível, logo na fase de investigação e desenvolvimento, e solicita que essas avaliações incluam estudos prospetivos e considerações sobre a determinação de normas para incorporar os direitos humanos na conceção;
93. Assinala que a RSE constitui um mecanismo através do qual os empregadores podem prestar apoio aos seus trabalhadores e às comunidades locais nos países em desenvolvimento, que o respeito da RSE e das normas laborais podem permitir que estes países beneficiem de um aumento do comércio internacional e que a RSE traz benefícios que são distribuídos de forma equitativa para fomentar a prosperidade económica e social sustentáveis e retirar mais pessoas de uma situação de pobreza, sobretudo em tempos de crise financeira;
94. Encoraja a UE a desempenhar um papel ativo na sensibilização para o contributo que as empresas podem prestar à sociedade, no domínio da cultura, da educação, do desporto e da juventude através da Responsabilidade Social das Empresas (RSE);
95. Incentiva as empresas dos meios de comunicação a incluírem normas jornalísticas transparentes nas suas políticas de RSE, incluindo garantias em matéria de proteção das fontes e dos direitos dos denunciantes;
96. Exorta a Comissão a salvaguardar as iniciativas em matéria de RSE já existentes e eficazes por meio da introdução de um teste de RSE, o qual deverá avaliar o impacto das próximas iniciativas legislativas e administrativas nas medidas de RSE, e a ter em conta os resultados desta avaliação na elaboração das suas propostas;
97. Acolhe favoravelmente, a bem da sustentabilidade, as obrigações impostas aos operadores de mercado e exorta a Comissão a monitorizar e avaliar as iniciativas em matéria de RSE.
98. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho e à Comissão, bem como aos governos e parlamentos dos Estados-Membros.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A última comunicação da Comissão sobre a responsabilidade social das empresas incorpora a RSE no pensamento europeu, numa área política em que o Parlamento Europeu tem desempenhado um papel decisivo. Representa ainda um grande passo em frente na resposta ao diálogo com o Parlamento e as partes envolvidas no debate sobre a RSE desde a anterior comunicação.

No presente projeto de resolução parlamentar cabe saudar a nova ênfase colocada no apoio europeu a iniciativas globais de RSE, o restabelecimento do apoio a uma abordagem multilateral, uma nova definição que reflete o consenso a nível mundial e um papel de apoio muito mais ativo para a própria Comissão Europeia.

O relator considera que a comunicação é construtiva, voltada para o futuro e sensível à evolução da RSE na Europa e no mundo. Fornece uma base sólida para a ação futura, pelo que o Parlamento Europeu é convidado a dar o seu amplo apoio.

O presente relatório procura dar o seu próprio contributo ao debate através do desenvolvimento de algumas das ideias presentes na comunicação e da identificação de algumas eventuais lacunas.

Uma recuperação sustentável

Em primeiro lugar, e sobretudo, o debate sobre a RSE é colocado no contexto da atual crise económica. O argumento aduzido é que a RSE é indispensável para restabelecer a confiança nas empresas e numa recuperação económica sustentável.

Embora seja conveniente resguardarmo-nos contra a acusação de "lavagem verde", a RSE deve ser vista como uma oportunidade e não como uma ameaça para a competitividade empresarial. Está igualmente inerente à própria "licença social" da Europa praticar um crescimento impulsionado pelo comércio.

O pensamento de curto prazo de Bruxelas, exclusivamente concentrado na transparência, responsabilidade e prestação de contas dos mercados financeiros, iria de novo repetir os mesmos erros de que os responsáveis pelo colapso bancário são acusados.

Não pode haver qualquer recuo no compromisso crucial de transformar a economia europeia e mundial numa economia de baixo teor de carbono no futuro. As empresas sustentáveis só podem funcionar numa economia sustentável.

Assim, o presente relatório convida as empresas responsáveis a concretizarem o seu compromisso ativo de atenuar as consequências sociais da crise, lançando uma série de ações propostas em matéria de RSE: nos domínios da criação de emprego para os jovens, da saúde no trabalho, da sustentabilidade das pensões, da promoção do "salário mínimo vital", do combate às práticas laborais exploradoras nas cadeias de abastecimento das empresas e através da promoção de novos mercados em produtos e serviços ecológica e socialmente úteis.

Implementação da RSE a nível mundial

A segunda prioridade do relatório é desenvolver ideias concretas que ajudem a pôr em prática a intenção da Comissão de melhor aplicar as iniciativas mundiais no domínio da RSE. O relator considera que o "polo de excelência" em matéria de RSE, que a Comissão prometeu em 2006, seria muito melhor obtido em 2012 adotando uma abordagem global para as empresas europeias que operam nos mercados mundiais.

O relator recomenda que a Comissão Europeia elabore um relatório geral sobre a aplicação dos princípios orientadores das Nações Unidas sobre as empresas e os direitos humanos, podendo simultaneamente os Estados-Membros melhorar a sua própria aplicação através de um processo paritário de revisão, algo já habitual na avaliação das políticas de direitos humanos. É também chegado o momento de abordar a delicada questão da jurisdição extraterritorial para as infrações aos direitos laborais ou humanos cometidas pelas empresas europeias que operam em países terceiros com um acesso restrito à justiça.

O relatório também afirma que a Comissão deve desempenhar um papel muito mais ativo na aplicação das orientações da OCDE sobre as empresas multinacionais, mediante a sua inclusão nos acordos de comércio e de investimento, a concessão de apoio financeiro para a criação de capacidades, a assistência aos queixosos em caso de alegadas infrações, condicionando a ajuda financeira às empresas ao respeito das orientações e ajudando a encontrar mais signatários à escala mundial.

O relatório assinala ainda a importância da transparência e dos relatórios integrados de sustentabilidade como um fator fundamental para a RSE. O relatório apoia firmemente a adoção mais generalizada da Global Reporting Initiative, a metodologia mais utilizada pelas empresas em todo o mundo para a fornecer informações sobre a sustentabilidade. O relatório incentiva, seguidamente, a apresentação pela Comissão da proposta prevista para esta área, que deve estar intimamente ligada com o objetivo do Comité Internacional de Informação Integrada, designadamente que os relatórios integrados sejam a norma a nível mundial até ao final da década.

O relatório apoia a intenção da Comissão de dialogar com os investidores, especialmente para a promoção dos princípios de investimento responsável das Nações Unidas; o relator propõe o lançamento de uma nova iniciativa da UE sobre o impulso da "materialidade".

O relatório também recomenda que a UE apoie ativamente a proposta de celebração de uma convenção das Nações Unidas sobre a responsabilidade das empresas, apresentada pelos representantes das empresas na Cimeira da ONU para o Desenvolvimento Sustentável Rio+20 que decorreu este ano. O relator apoia a promoção da RSE através do processo de objetivos de desenvolvimento sustentável, iniciado na sequência das conclusões da cimeira.

A abordagem multilateral

O Parlamento Europeu também é convidado a reconhecer a natureza especial das políticas da UE em matéria de RSE. São desenvolvidas ideias que defendem o recurso ao diálogo social convencional, por exemplo, através do estabelecimento de um objetivo para novas convenções-quadro em matéria de RSE e do financiamento de projetos-piloto com os sindicatos europeus no âmbito do "trabalho digno".

No entanto, o Parlamento Europeu é explicitamente convidado a apoiar o funcionamento e

desenvolvimento do Fórum Multilateral RSE, inclusive através das iniciativas setoriais propostas na comunicação. O relator propõe iniciativas adicionais em matéria de TIC e para o setor da segurança privada. São igualmente apoiadas as novas "comunidades de prática" multilaterais que estão previstas.

Exige-se um maior envolvimento com outras partes interessadas no Grupo de Alto Nível dos Estados-Membros, sendo ainda apontada a necessidade de ser prestada uma maior atenção à RSE por parte das direções-gerais do Ambiente e das Relações Externas da Comissão.

Colaboração entre o setor público e privado - "A combinação inteligente"

O relatório defende que se tenha mais em conta o impacto das políticas públicas em matéria de RSE. Tal deve incluir a implementação das recomendações do próprio "Estudo de Edimburgo" encomendado pela Comissão sobre as lacunas da governação e a necessidade de alcançar resultados concretos na aplicação de indicadores sociais, em particular através da contratação pública.

A Comissão Europeia é convidada a dar o exemplo, comprometendo-se ela própria com os relatórios de sustentabilidade, a gestão ética de seus próprios fundos de pensões e apoiando o voluntariado entre o seu pessoal.

O relatório restabelece o vínculo entre a responsabilidade das empresas e a governação empresarial e apoia a utilização de códigos de boas práticas e deveres dos administradores para fazer avançar a apropriação da RSE e a sua integração nas empresas.

É ainda destacada a importância premente da realização, a título complementar, de ações privadas e voluntárias, em particular através da apologia das vantagens de apoiar o princípio de "convergência" de tais iniciativas. O argumento apresentado é que é muito melhor promover a cooperação voluntária do que prever novas iniciativas obrigatórias em matéria de rótulos sociais.

Todos estes elementos formam, no âmbito dos princípios orientadores das Nações Unidas, a chamada "combinação inteligente" de abordagens regulamentares e voluntárias. Seria, de facto, inteligente que a UE a adotasse o mesmo método.

Próximos passos

O relator apoia uma vasta gama de outras ações propostas na comunicação. Sugere que seja atribuída uma maior importância à integração da RSE no currículo das escolas de comércio tradicionais, que se promova a RSE em pequenas empresas por meio da abordagem setorial e do estabelecimento de uma "auditoria" para garantir que os previstos prémios RSE se ajustem efetivamente às melhores práticas mundiais e europeias.

O relator gostaria, por fim, de reiterar a sua convicção de que a RSE deve ultrapassar a fase de processo para uma fase de produção de resultados. A comunicação está absolutamente certa quando afirma que é fundamental reforçar progressivamente a apropriação da RSE. Entre as ideias recomendadas no relatório para que as pessoas dentro e fora das empresas colaborem na consecução deste objetivo estão o lançamento de iniciativas de cidadania empresarial no âmbito do "2013 - Ano Europeu dos Cidadãos", a investigação do impacto acumulativo da

RSE na resolução de problemas sociais e ambientais, a fim de destacar a urgência dos desafios, e uma proposta de um novo "pacto" com a sociedade civil.

Se, como afirma acertadamente a Comissão, a RSE é a responsabilidade das empresas pelo impacto que têm sobre a sociedade, é esse impacto que as empresas e a sociedade deveriam, em conjunto, prioritariamente investigar.

18.12.2012

PARECER DA COMISSÃO DOS ASSUNTOS JURÍDICOS (*)

dirigido à Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

sobre a responsabilidade social das empresas: promoção dos interesses da sociedade e evolução para uma retoma sustentável e inclusiva
(2012/2097(INI))

Relator de parecer: Raffaele Baldassarre

SUGESTÕES

A Comissão dos Assuntos Jurídicos insta a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Reitera as vantagens mútuas da colaboração entre as empresas e a sociedade civil, a qual pode facilitar os esforços no sentido de criar estratégias comuns, de partilhar conhecimentos e expectativas comuns; por conseguinte, apoia energeticamente o compromisso assumido pela Comissão no sentido de criar plataformas multilaterais para a RSE, a fim de intensificar a colaboração entre as empresas e a sociedade relativamente às principais questões sociais e ambientais; salienta que a responsabilidade social das empresas pode requerer um quadro de regras estatutárias e que as medidas voluntárias podem complementar, mas nunca substituir, as disposições existentes em matéria de proteção dos trabalhadores, a monitorização eficaz do respetivo cumprimento e a imposição das sanções que possam vir a ser necessárias;
2. Manifesta a sua preocupação com o impacto que a crise económica possa ter tido na organização do trabalho; solicita à Comissão que recorra, em estreita colaboração com os parceiros sociais, a plataformas multilaterais de intervenientes enquanto medida adicional para promover os esforços para encontrar soluções adequadas que garantam o pleno respeito pelos direitos dos trabalhadores no que diz respeito à igualdade de tratamento, à organização do tempo de trabalho e ao trabalho precário;
3. Subscrive a Comunicação da Comissão no que se refere ao facto de a conformidade com a legislação aplicável e os acordos coletivos entre os parceiros sociais representar uma condição imprescindível da responsabilidade social das empresas; considera também que um comportamento socialmente responsável abrange necessariamente relações sindicais corretas, sobretudo o respeito dos direitos sindicais, a informação constante dos

trabalhadores e das suas associações representativas, bem como a respetiva participação nas decisões da empresa;

4. Entende que, no quadro da avaliação da responsabilidade social de uma empresa, deve ser tido em conta o comportamento das empresas que fazem parte da sua cadeia de fornecimento, bem como das empresas subcontratadas;
5. Recorda o papel estratégico das PME, que, graças à sua proximidade do território em que operam, podem facilitar a difusão da RSE; solicita à Comissão que desenvolva, em concertação com as autoridades nacionais e as plataformas multilaterais, formas de cooperação setorial entre as PME que lhes permitam fazer face aos problemas sociais e ambientais de forma coletiva;
6. Salienta a importância do enquadramento das políticas comunitárias em matéria de RSE em consonância com as normas internacionais, a fim de evitar interpretações divergentes e riscos de vantagens ou desvantagens concorrenciais a nível nacional ou internacional;
7. Solicita às empresas que incentivem o voluntariado internacional dos seus assalariados, para facilitar as sinergias entre o setor público e o setor privado na cooperação para o desenvolvimento; solicita à Comissão que apoie as iniciativas das empresas neste sentido através do futuro Corpo Voluntário de Ajuda Humanitária.
8. Exorta a Comissão, em particular a sua DG “Justiça”, a apresentar propostas para melhor facilitar a jurisdição extraterritorial nos tribunais da UE nos casos de violação dos direitos humanos por parte das empresas sediadas na UE ou das suas filiais, das empresas subcontratadas ou de parceiros comerciais;
9. Reconhece a importância de aumentar as práticas e as políticas em matéria de RSE nas grandes empresas; exorta, por isso, a Comissão a destacar a importância de incluir a RSE no ensino e na formação, especialmente nas escolas de gestão e administração de empresas;

RESULTADO DA VOTAÇÃO FINAL EM COMISSÃO

Data de aprovação	18.12.2012
Resultado da votação final	+ : 12 - : 0 0 : 0
Deputados presentes no momento da votação final	Raffaele Baldassarre, Sebastian Valentin Bodu, Françoise Castex, Marielle Gallo, Klaus-Heiner Lehne, Alajos Mészáros, Bernhard Rapkay, Evelyn Regner, Rebecca Taylor, Cecilia Wikström, Tadeusz Zwiefka
Suplente(s) presente(s) no momento da votação final	József Szájer

5.12.2012

PARECER DA COMISSÃO DOS ASSUNTOS EXTERNOS

dirigido à Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

sobre a responsabilidade social das empresas: promoção dos interesses da sociedade e via para uma retoma sustentável e inclusiva
(2012/2097(INI))

Relator de parecer: Andrzej Grzyb

SUGESTÕES

A Comissão dos Assuntos Externos insta a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Congratula-se com o facto de a nova definição incluída na comunicação da Comissão, de 25 de outubro de 2011, sobre a responsabilidade social das empresas (RSE) acentuar que a conformidade com a legislação aplicável e os acordos coletivos são um pré-requisito para a ação responsável e especificar o enquadramento necessário para a responsabilidade das empresas, exigindo a integração das "preocupações de índole social, ambiental e ética, o respeito dos direitos humanos e as preocupações dos consumidores nas respetivas atividades e estratégias, em estreita colaboração com as partes interessadas"; reitera que a RSE deve alargar-se igualmente à ação das empresas para com os países terceiros ou no interior dos mesmos;
2. Congratula-se com os esforços desenvolvidos pela União Europeia e pelos Estados-Membros com vista a alinharem as suas políticas com os Princípios Orientadores da OCDE para as Empresas Multinacionais, atualizados em 2011, e com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre as Empresas e os Direitos Humanos¹, e sublinha que esses esforços, principalmente no domínio da economia global, ainda não representam um compromisso cabal no tocante ao respeito e à revisão das normas relevantes nos

¹ Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas, 17.ª sessão, 21 de março de 2011, relatório do Representante Especial do Secretário-Geral sobre a questão dos direitos humanos e as sociedades transnacionais e outras empresas comerciais, John Ruggie: Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre as Empresas e os Direitos Humanos: Execução do Quadro de referência das Nações Unidas "Proteção, Respeito e Reparação" (A/HRC/17/31) (a seguir designados por "Princípios Orientadores das Nações Unidas").

domínios ambiental, social e dos direitos humanos;

3. Sublinha a importância de ter em conta toda a cadeia de abastecimento na avaliação do respeito da responsabilidade social por uma empresa; considera que é de importância capital estabelecer indicadores eficazes e transparentes que permitam avaliar com precisão os impactos das atividades das empresas de um ponto de vista sistémico;
4. Insiste em que cada um dos 27 Estados-Membros deve acelerar a revisão do seu plano de ação nacional em matéria de RSE e o desenvolvimento de planos nacionais para aplicar as orientações relevantes da OCDE e os Princípios Orientadores das Nações Unidas, que importa finalizar, o mais tardar, até dezembro de 2013; considera que os Estados-Membros devem assegurar que esses planos sejam elaborados com a participação de todas as partes interessadas, incluindo as ONG, a sociedade civil, os sindicatos, as associações de empregadores e as Instituições Nacionais dos Direitos Humanos (INDH); solicita à União que facilite o aproveitamento da experiência dos Estados-Membros que empreendem atualmente este processo; encoraja os Estados-Membros a inspirarem-se nas orientações constantes da norma ISO 26000, na versão mais recente das orientações da Iniciativa Global sobre a Elaboração de Relatórios e nas orientações desenvolvidas pelo Grupo Europeu das Instituições Nacionais dos Direitos Humanos (INDH);
5. Sublinha que a responsabilidade social das empresas, tanto na UE como em países terceiros, deve também ser alargada a domínios como a organização do trabalho, a qualidade do emprego, a igualdade de oportunidades, a inclusão social, a luta contra a discriminação e a formação contínua;
6. Solicita uma maior coerência política a nível da UE, tornando os contratos públicos, o crédito à exportação, a boa governação, a concorrência, o desenvolvimento, o comércio, o investimento e outras políticas e acordos conformes com as normas internacionais em matéria de direitos humanos e as normas sociais e ambientais estabelecidas nas orientações e princípios relevantes da OCDE e das Nações Unidas; solicita, neste contexto, a cooperação com os órgãos representativos dos trabalhadores, dos empregadores e dos consumidores, apoiando-se em pareceres relevantes das INDH, como a proposta sobre os direitos humanos e contratos públicos apresentada à Comissão pelo Grupo Europeu das Instituições Nacionais dos Direitos Humanos; solicita avaliações de impacto das propostas legislativas pertinentes e adequadas no caso de possíveis incoerências com os Princípios Orientadores das Nações Unidas, e insiste na coordenação com Grupo de Trabalho da ONU sobre as Empresas e os Direitos Humanos para evitar interpretações divergentes e incoerentes com esses Princípios Orientadores; recorda, apesar de reconhecer a relevância do quadro de direitos humanos das Nações Unidas para a RSE, a importância da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, incluindo o seu artigo 16.º, que garante o direito fundamental à liberdade de empresa, que deve ser devidamente tido em conta e servir de referência para apoiar as políticas de RSE na UE; sublinha a importância de equilibrar a liberdade de empresa com outros direitos garantidos pela Carta, bem como com os princípios e orientações internacionalmente reconhecidos para a RSE; congratula-se, neste contexto, com os esforços da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) para recolher provas e melhorar os conhecimentos a respeito da existência e da interpretação da liberdade de empresa;

7. Compromete-se a continuar a recordar sistematicamente que espera que as instituições e os funcionários da UE, incluindo o Representante Especial da UE para os Direitos Humanos e os representantes especiais da UE para os diversos países e regiões, empreendam esforços para promover as normas sociais, ambientais e de direitos humanos em todas as relações e ações externas da UE; exorta a Comissão e os Estados-Membros a realizar avaliações de impacto a nível dos direitos fundamentais antes da celebração de acordos multilaterais e bilaterais de comércio e de investimento, bem como durante a sua avaliação, e aquando da atribuição de ajuda ao desenvolvimento, e a assegurar que esses direitos sejam respeitados;
8. Considera que as INDH que aplicam os Princípios de Paris estão bem colocadas para ajudarem a aplicar os Princípios Orientadores das Nações Unidas, bem como para facilitarem, e inclusive garantirem, o acesso a vias de recurso; exorta a UE e os Estados-Membros a reconhecerem as INDH, juntamente com as empresas e os órgãos representativos dos trabalhadores, dos empregadores e dos consumidores, enquanto parceiros fundamentais para a promoção da causa dos direitos humanos e das empresas, o desenvolvimento de ligações entre as empresas, o Estado e a sociedade civil e a promoção de normas e diretrizes internacionalmente reconhecidas em matéria social, ambiental e de direitos humanos; apela, neste contexto, aos Estados-Membros para que reforcem e, quando necessário, alarguem os mandatos das INDH em vigor para os tornar mais eficazes ou, na ausência de INDH alinhadas pelos Princípios de Paris, tomem as medidas com vista à sua criação, e solicita à UE que desenvolva apoio estratégico apropriado; compromete-se a estabelecer um intercâmbio de opiniões anual regular com as INDH no âmbito das Comissões LIBE e/ou da Subcomissão DROI, com base nas experiências da troca de opiniões da Subcomissão DROI sobre a "Cimeira de 2011 entre a UE e os Provedores de Justiça da Parceria Oriental", e complementá-lo com sessões de trabalho específicas no domínio dos direitos humanos e empresas;
9. Congratula-se com a adoção pela Organização Internacional do Trabalho, em 14 de junho de 2012, da Recomendação n.º 202 sobre a Norma Mínima da Segurança Social Nacional; compromete-se a incluir a questão dos direitos humanos e da RSE na ordem do dia das próximas reuniões da UE com países terceiros, nomeadamente com aqueles com os quais a UE tem uma relação especial; requer a integração da RSE nas relações contratuais entre a UE e países terceiros e solicita que, se necessário, se realizem traduções dos Princípios Orientadores das Nações Unidas utilizando as capacidades do PE ou de outras instituições da UE;
10. Solicita à UE, e em particular à Comissão, que assegure que os instrumentos financeiros, incluindo o Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH), reconheçam as INDH alinhadas pelos Princípios de Paris como parceiros fundamentais na realização dos seus objetivos e que as apoie, utilizando eficazmente a sua posição singular e conhecimentos especializados no domínio dos direitos humanos para criar um espaço de diálogo entre as várias partes interessadas, incluindo autoridades públicas, sociedade civil e mundo empresarial, e, para esse efeito,
 - (1) que garanta que a questão da RSE e dos direitos humanos figure entre as prioridades dos instrumentos financeiros individuais no âmbito do novo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para o período 2014-2020; e

- (2) que desenvolva apoio específico, no âmbito do IEDDH, para a formação e o reforço das capacidades em geral no domínio da RSE e dos direitos humanos junto das organizações da sociedade civil, das INDH, dos defensores dos direitos humanos, dos sindicatos e de outras organizações de direitos humanos;
11. Insiste em que, a fim de garantir que a implementação da nova estratégia da UE para a RSE promova os interesses da sociedade em toda a sua diversidade, o respeito dos direitos humanos e uma via para a recuperação e o progresso sustentáveis e inclusivos, as orientações da UE sobre a divulgação por parte das empresas de informações não financeiras (incluindo informações ambientais, sociais e de governação) devem assegurar a transparência, fornecendo um enquadramento claro, inequívoco, comum e predeterminado, com referência específica aos direitos humanos, em perfeita sintonia com as orientações e princípios da OCDE e das Nações Unidas e com base em indicadores objetivos relativos à igualdade entre homens e mulheres, incluindo questões como as disparidades salariais entre homens e mulheres e a proporção de mulheres que ocupam cargos de nível elevado, aos salários dos jovens, à possibilidade de os trabalhadores se sindicalizarem e efetuarem negociações coletivas, à garantia efetiva de condições de segurança no local de trabalho e às questões relativas à deficiência;
12. Insta a UE a colmatar as lacunas internas em termos de capacidade e de conhecimentos especializados através da implementação de programas de formação de grande alcance no domínio dos direitos humanos e empresas em todas as instituições e domínios de intervenção da UE;
13. Reitera os seus apelos à UE e aos Estados-Membros para melhorarem a aplicação da legislação existente, dando resposta às preocupações em matéria de RSE e direitos humanos, e para desenvolverem soluções adicionais com vista a nivelar entre si as condições aplicáveis às empresas nacionais e de países terceiros, a fim de lutar contra o "dumping" social;
14. Solicita que sejam estabelecidas, a nível da UE, normas de devida diligência em matéria de direitos humanos e da cadeia de fornecimento que cumpram os requisitos estabelecidos na Orientação de Diligência Prévia da OCDE para Cadeias de Fornecimento Responsável de Minerais de Áreas Afetadas por Conflitos e de Alto Risco, tratando, entre outras questões, de setores de impacto negativo ou positivo potencialmente elevado em matéria de direitos humanos, como as cadeias de produção globais e locais, os "minerais de conflito", a subcontratação, a usurpação de terras e as regiões onde o direito do trabalho e a proteção dos trabalhadores são insuficientes ou onde são produzidos produtos perigosos para o ambiente e a saúde; congratula-se com os programas já instituídos pela UE, nomeadamente o programa de aplicação da legislação, governação e comércio no setor florestal (FLEGT) no domínio da silvicultura, e apoia iniciativas privadas como a Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas (ITIE);
15. Solicita que, nos casos em que a UE ou os Estados-Membros sejam parceiros de negócios (por exemplo, no contexto dos contratos públicos, das empresas estatais, das empresas comuns, das garantias de crédito à exportação e dos projetos de grande escala em países terceiros), a coerência com as orientações e princípios da OCDE e da ONU seja uma prioridade que se reflita em cláusulas específicas com consequências para as empresas que

violam flagrantemente as normas sociais, ambientais e de direitos humanos; recomenda que a prevista "Plataforma da UE para a Cooperação Externa e o Desenvolvimento" desempenhe um papel na determinação das modalidades destinadas a melhorar a qualidade e a eficiência da e cooperação externa da UE, combinando mecanismos e instrumentos financeiros, bem como um papel na promoção da cooperação e coordenação entre a UE, as instituições financeiras e outras partes interessadas neste domínio;

16. Insiste na importância do quadro das Nações Unidas "Proteção, Respeito e Reparação" e considera que os seus três pilares – a responsabilidade do Estado pela proteção das violações dos direitos humanos, a responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos e a necessidade de um acesso mais efetivo a reparações – devem ser apoiados por medidas adequadas que permitam a sua aplicação;
17. Sublinha que, dado o seu peso nas trocas comerciais internacionais, as empresas europeias, suas filiais e os seus subcontratantes desempenham um papel fundamental na promoção e difusão das normas sociais e laborais a nível mundial; reconhece que é muitas vezes mais útil resolver "in situ" as queixas contra as empresas da UE que operam no exterior; elogia os Pontos de Contacto Nacionais da OCDE, como mecanismos não jurídicos implantados ao nível dos Estados, que podem mediar um vasto leque de litígios relacionados com as empresas e os direitos humanos; apela, no entanto, a um maior esforço por parte das empresas no desenvolvimento de mecanismos de reclamação em conformidade com os critérios de eficácia definidos nos Princípios Orientadores da ONU, bem como à procura de orientação de referência adicional nos princípios e orientações internacionalmente reconhecidos, em especial as orientações recentemente atualizadas da OCDE para as empresas multinacionais, os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas, a ISO 26000 sobre Responsabilidade Social e a Declaração Tripartida da OIT sobre as empresas multinacionais e a política social;
18. Congratula-se com a intenção da Comissão de alterar as disposições de direito internacional privado contidas no Regulamento Bruxelas I, e particularmente a introdução do princípio do "forum necessitatis"; salienta a necessidade de desenvolver ainda mais o acesso efetivo a reparação por parte das vítimas de violações de direitos humanos decorrentes de operações realizadas por empresas no exterior da UE, através da revisão dos regulamentos de Bruxelas I e Roma II; requer medidas eficazes para eliminar os obstáculos existentes à justiça, tais como despesas excessivas com processos judiciais, por meio de iniciativas como o desenvolvimento de padrões mínimos de reparação coletiva, ou de soluções ao problema da "personalidade jurídica própria" das empresas;
19. Apela à elaboração de normas de responsabilização mais transparentes e eficazes para as empresas tecnológicas da UE no tocante à exportação de tecnologias que podem ser usadas para violar direitos humanos ou agir contra os interesses de segurança da UE;
20. Congratula-se com a vontade da Comissão de abordar a questão da RSE no contexto dos alargamentos; lamenta, porém, a ausência de um tratamento concreto desta questão no âmbito das negociações de adesão com os países candidatos e a ausência deste conceito na comunicação da Comissão de 10 de outubro de 2012 intitulada "Estratégia de Alargamento e Principais Desafios para 2012-2013" (COM(2012)0600);
21. Congratula-se com a intenção da Comissão de contribuir para o lançamento de campanhas

mundiais, estabelecer orientações internacionais e introduzir medidas legislativas complementares com vista a garantir que as empresas tenham impactos positivos nas sociedades estrangeiras; observa que o impacto positivo das empresas nas sociedades estrangeiras pode, nomeadamente, medir-se em termos de acesso aos recursos pelas populações locais, da soberania alimentar das populações e do desenvolvimento endógeno dessas sociedades;

22. Requer a aplicação do princípio “conhece o teu utilizador final” para garantir a prevenção de violações dos direitos humanos em qualquer ponto de um fluxo de produção ou de mercado;

RESULTADO DA VOTAÇÃO FINAL EM COMISSÃO

Data de aprovação	3.12.2012
Resultado da votação final	<div>+: 42</div> <div>–: 1</div> <div>0: 2</div>
Deputados presentes no momento da votação final	Sir Robert Atkins, Arnaud Danjean, Marietta Giannakou, Andrzej Grzyb, Anna Ibrisagic, Liisa Jaakonsaari, Anneli Jäätteenmäki, Jelko Kacin, Tunne Kelam, Nicole Kiil-Nielsen, Evgeni Kirilov, Maria Eleni Koppa, Andrey Kovatchev, Paweł Robert Kowal, Eduard Kukan, Alexander Graf Lambsdorff, Krzysztof Lisek, Mario Mauro, Francisco José Millán Mon, María Muñoz De Urquiza, Annemie Neyts-Uyttebroeck, Raimon Obiols, Ria Oomen-Ruijten, Pier Antonio Panzeri, Alojz Peterle, Bernd Posselt, Cristian Dan Preda, Tokia Saïfi, José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra, Jacek Saryusz-Wolski, György Schöpflin, Werner Schulz, Marek Siwiec, Charles Tannock, Kristian Vigenin, Sir Graham Watson
Suplente(s) presente(s) no momento da votação final	Laima Liucija Andrikiienė, Marije Cornelissen, Elisabeth Jeggle, Agnès Le Brun, Marietje Schaake, Helmut Scholz
Suplente(s) (nº 2 do art. 187º) presente(s) no momento da votação final	Lara Comi, Danuta Jazłowiecka, Giovanni La Via

6.12.2012

PARECER DA COMISSÃO DO DESENVOLVIMENTO

dirigido à Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

sobre responsabilidade social das empresas: promoção dos interesses da sociedade e via para uma retoma sustentável e inclusiva
(2012/2097(INI))

Relatora de parecer: Catherine Grèze

SUGESTÕES

A Comissão do Desenvolvimento insta a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Observa que a heterogeneidade do conceito de responsabilidade social das empresas (RSE) e o facto de diferentes empresas terem desenvolvido normas diferentes no que respeita à contabilidade, auditoria e relato tornam difícil comparar os níveis de RSE; salienta que a existência de uma regulamentação internacionalmente aceite no contexto da RSE geraria mais confiança e justiça nas relações entre as empresas e traria benefícios em termos de segurança, aplicabilidade progressiva, universalidade e responsabilização das partes interessadas;
2. Concorda com a Comissão em que a responsabilidade social das empresas deve abranger os direitos humanos, as práticas em matéria de trabalho e emprego, as questões ambientais (como biodiversidade, alterações climáticas, utilização eficiente dos recursos) e a luta contra o suborno e a corrupção através da boa governação fiscal (nomeadamente, transparência, intercâmbio de informações e leal concorrência fiscal);
3. Observa que a responsabilidade social das empresas abrange numerosas normas sociais, mas que estas recebem muito pouco destaque devido ao facto de não terem sido criados indicadores que permitam medir os progressos sociais;
4. Sublinha que as empresas que se preocupam com a sua responsabilidade social devem ser facilmente identificáveis pelos investidores e consumidores, a fim de as encorajar na sua opção;
5. Insiste em que a UE deve examinar a possibilidade de valorizar as empresas que se

preocupam com a sua responsabilidade social através de um selo ou de uma etiqueta junta ao nome da empresa ou do produto em questão;

6. Salienta que a RSE é o melhor instrumento para as empresas mostrarem o seu empenhamento, a sua solidariedade e responsabilidade em relação à sociedade, e que é também indispensável para a consecução do objetivo de coerência das políticas para o desenvolvimento (CPD); regozija-se com o compromisso assumido pela Comissão de promover a RSE, em plena conformidade com as normas internacionais atualmente em vigor, como as orientações da OCDE para as empresas multinacionais recentemente atualizadas, os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas, a norma-guia ISO 26000 sobre responsabilidade social, a declaração de princípios tripartida da OIT sobre empresas multinacionais e política social e os princípios orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos; lamenta, no entanto, que a aplicação da RSE seja essencialmente facultativa;
7. Deplora a falta de informação veiculada às PME sobre a existência do pacto mundial pelo qual as empresas se comprometem a alinhar as suas operações e estratégias pelos dez princípios universalmente aceites referentes aos direitos humanos, às normas laborais, ao ambiente e ao combate à corrupção;
8. Sublinha que o pacto mundial das Nações Unidas e as normas ISO 26000 não são suficientemente adaptados às PME, o que reduz o alcance da responsabilidade social das empresas a nível europeu;
9. Chama a atenção para a utilidade de estudar, a nível europeu e nacional, os meios de incentivo fiscal suscetíveis de permitir promover a responsabilidade social das empresas junto de um maior número de empresas;
10. Salienta que a RSE, como compromisso puramente facultativo, pode não ser suficiente para lidar com as externalidades resultantes das operações das multinacionais, como as violações dos direitos humanos e a degradação ambiental; reitera o seu apelo aos investidores e às empresas estrangeiras que operem nos países em desenvolvimento para que cumpram inteiramente as obrigações internacionais juridicamente vinculativas em matéria de direitos humanos e as normas ambientais e as laborais essenciais da OIT, bem como os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre as Empresas e os Direitos Humanos; preconiza que as políticas em matéria de responsabilidade social das empresas prevejam também medidas específicas com vista a combater a prática ilegal de colocação de trabalhadores na lista negra, recusando-lhes o acesso ao emprego, frequentemente em razão da sua filiação e das suas atividades sindicais ou da sua qualidade de representantes para a saúde e segurança;
11. Realça que as empresas devem ser encorajadas a pôr em execução práticas em matéria de responsabilidade social, e que as empresas que já executaram estas práticas devem ser encorajadas a prosseguir os objetivos SER; solicita à Comissão que pondere a concessão de incentivos, como a atribuição de prioridade nos contratos públicos promovidos pela UE, a fim de que a responsabilidade social seja considerada pelas empresas uma oportunidade e não uma ameaça;
12. Destaca que a RSE deve resultar em compromissos claros sobre respeito de direitos,

proteção e bem-estar dos trabalhadores, associados a indicadores de desempenho e critérios de referência precisos tendentes a medir os progressos realizados, devendo prever-se mecanismos de acompanhamento objetivos, inclusivos e transparentes e mecanismos de responsabilização e fiscalização eficazes para fazer face aos casos de incumprimento, como um procedimento mais aberto e claro de apresentação e apreciação de queixas e de abertura de inquéritos, se necessário;

13. Reitera que a RSE deveria ser aplicável a todas as empresas, de modo a criar condições de concorrência justas e equitativas; destaca, todavia, que a forma como as indústrias extrativas funcionam nos países em desenvolvimento leva a que seja necessário transcender uma abordagem facultativa; salienta que o investimento da indústria petrolífera na Nigéria constitui um bom exemplo das limitações da responsabilidade social das empresas nos termos em que se vê concretizada atualmente, com as empresas a não empreenderem iniciativas de responsabilidade social tendo em vista criar práticas sustentáveis de negócios ou contribuir para o desenvolvimento dos seus Estados de acolhimento; apoia firmemente a proposta legislativa sobre a apresentação de relatórios por país tendo por base as regras da Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas, a apresentação de relatórios sobre vendas e lucros, bem como sobre impostos e receitas, a fim de desencorajar a corrupção e a evasão fiscal; convida as indústrias extrativas europeias que operam nos países em desenvolvimento a constituírem um exemplo de responsabilidade social e promoção do trabalho digno;
14. Convida a Comissão a empreender novas iniciativas com vista a desbloquear e reforçar o potencial da responsabilidade social das empresas para a abordagem do problema das alterações climáticas (através da sua ligação à eficiência em termos de recursos e à eficiência energética), por exemplo a nível do processo de aquisição de matérias-primas das empresas;
15. Salienta que a RSE deve ser aplicada ao conjunto da cadeia global de abastecimento, nomeadamente a todos os níveis de subcontratação, seja o fornecimento de bens, trabalhadores ou serviços, que deve incluir disposições tendentes a tornar a proteção extensível aos trabalhadores migrantes, temporários e destacados e que assentar em remunerações justas e condições de trabalho dignas e garantir os direitos e liberdades sindicais; considera que é necessário definir de forma mais precisa o conceito de gestão responsável da cadeia de abastecimento como mecanismo promotor da RSE;
16. É de opinião que, para ter efeitos reais sobre a redução da pobreza, a agenda em matéria de responsabilidade social das empresas deve visar igualmente as PME, posto que a sua importância social e ambiental cumulativa é significativa;
17. Considera que as empresas da UE devem ser legalmente responsáveis e que devem ser concretizados diferentes tipos de mecanismos de prestação de contas e de responsabilidade entre elas e as suas filiais e as entidades que controlam em países em desenvolvimento; encoraja também o trabalho da sociedade civil da UE, que tem um papel ativo na sensibilização para as violações cometidas por estas empresas no estrangeiro;
18. Salienta que incumbe ao Estado proteger contra as violações dos direitos humanos e dos trabalhadores, incluindo as cometidas pelas empresas, responsabilizar as empresas, fazer

respeitar a liberdade de associação e o direito à negociação coletiva e garantir o acesso à justiça por parte das vítimas; exorta a Comissão a adotar medidas eficazes para tornar operacional o quadro da ONU intitulado "Proteger, Respeitar e Reparar", proposto por John Ruggie, Representante Especial da ONU para as Empresas e os Direitos Humanos;

19. Salienta que uma melhor execução dos princípios orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos contribuirá para a consecução dos objetivos da UE em matéria de questões específicas de direitos humanos e normas fundamentais do trabalho; insta, pois, a UE a pugnar por um quadro jurídico internacional claro sobre as responsabilidades e obrigações das empresas em matéria de direitos humanos;
20. Saúda o facto de o número de empresas que divulgam informação sobre o seu desempenho em matéria ambiental, social e do seu próprio governo ter aumentado significativamente nos últimos anos; salienta, contudo, que as empresas que apresentam relatórios ainda constituem apenas uma pequena parte das empresas globais; faz notar que, se é verdade que a Diretiva 2003/51/CE relativa à modernização das contas assegura um nível mínimo de divulgação de indicadores chave de desempenho tanto financeiros como não financeiros, é também verdade que ela nada prevê quanto ao tipo de indicadores a incluir nos relatórios anuais; convida a Comissão a estudar eventuais medidas adicionais a nível europeu com vista a reforçar a divulgação de informação sobre o desempenho em matéria ambiental, social e de governação;
21. Salienta que a assistência da UE aos governos de países terceiros para a aplicação de medidas de regulação social e ambiental juntamente com regimes de inspeção eficazes é um complemento necessário à promoção da responsabilidade social das empresas europeias a nível mundial;
22. Salienta que o investimento socialmente responsável é parte integrante do processo de execução da responsabilidade social das empresas no quadro de decisões de investimento; observa que, embora não exista presentemente uma definição universal de investimento socialmente responsável, este combina habitualmente os objetivos financeiros dos investidores com as suas preocupações com as questões sociais, ambientais, éticas e relativas ao governo das empresas;
23. Exorta a UE e os seus Estados-Membros a empreenderem iniciativas adicionais de política setorial tendo em vista a sensibilização em relação ao investimento socialmente responsável e o reforço do seu desenvolvimento, nomeadamente ponderando a formulação jurídica da fixação de normas mínimas em matéria de investimento socialmente responsável, especialmente no âmbito dos seus acordos de investimento e comércio com países em desenvolvimento;
24. Nota que a responsabilidade social das empresas constitui um mecanismo pelo qual os empregadores podem apoiar os seus trabalhadores e as populações locais nos países em desenvolvimento e que ela pode assegurar que os ganhos são repartidos equitativamente de modo a desenvolver a prosperidade económica e social sustentável e fazer sair mais pessoas da pobreza, especialmente em tempos de crise financeira; lamenta que os protocolos de intervenção social apenas tenham presentemente carácter voluntário e exorta a Comissão a torná-los obrigatórios;

25. Preconiza a consulta e o envolvimento completos e ativos das organizações representativas, como os sindicatos, no desenvolvimento, funcionamento e acompanhamento dos processos e das estruturas de responsabilidade social das empresas, nomeadamente através do desenvolvimento contínuo das capacidades e qualificações dos trabalhadores por meio de ações de formação profissional e aprendizagem ao longo da vida, trabalhando com os empregadores no quadro de uma verdadeira parceria;

RESULTADO DA VOTAÇÃO FINAL EM COMISSÃO

Data de aprovação	6.12.2012
Resultado da votação final	<div><div>+: 23</div><div>–: 1</div><div>0: 2</div></div>
Deputados presentes no momento da votação final	Thijs Berman, Michael Cashman, Nirj Deva, Leonidas Donskis, Charles Goerens, Catherine Grèze, Eva Joly, Filip Kaczmarek, Miguel Angel Martínez Martínez, Gay Mitchell, Norbert Neuser, Bill Newton Dunn, Birgit Schnieber-Jastram, Michèle Striffler, Alf Svensson, Keith Taylor, Patrice Tirolien, Ivo Vajgl, Daniël van der Stoep, Anna Záborská, Iva Zanicchi
Suplente(s) presente(s) no momento da votação final	Enrique Guerrero Salom, Cristian Dan Preda
Suplente(s) (nº 2 do art. 187º) presente(s) no momento da votação final	Ioan Enciu, Emilio Menéndez del Valle, Helmut Scholz

18.12.2012

PARECER DA COMISSÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

dirigido à Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

sobre a responsabilidade social das empresas: promoção dos interesses da sociedade e via para uma retoma sustentável e inclusiva
(2012/2097(INI))

Relator de parecer: Bernd Lange

SUGESTÕES

A Comissão do Comércio Internacional insta a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Constata com interesse que a Comissão começou a incluir referências claras à responsabilidade social das empresas (RSE) nos acordos comerciais da UE; entende que, tendo em conta o papel essencial desempenhado pelas grandes empresas, respetivas filiais e cadeias de abastecimento no comércio internacional, a responsabilidade social e ambiental das empresas deve tornar-se parte integrante dos capítulos relativos ao "Desenvolvimento sustentável" dos acordos de comércio da UE; solicita à Comissão que elabore propostas concretas para a aplicação dos princípios de RSE no âmbito da política comercial;
2. Compromete-se a continuar a intensificar de forma consistente os seus esforços para que as instituições e os funcionários da UE, incluindo o Representante Especial da UE para os Direitos Humanos, respeitem, em todas as relações externas e ações da UE, as normas sociais, ambientais e em matéria de direitos humanos;
3. Sublinha que o fomento da RSE é um objetivo que conta com o apoio da União Europeia, pelo que esta deve assegurar que as suas políticas externas contribuam para o desenvolvimento sustentável e para o desenvolvimento social dos países em questão;
4. Exorta a Comissão a basear-se nas orientações da OCDE para as empresas multinacionais, incluindo o procedimento de reclamação, aquando da elaboração de propostas concretas para a aplicação dos princípios de RSE;

5. Felicita todos os Estados membros da OCDE pelo vasto trabalho que desenvolveram em relação às orientações da OCDE para as empresas multinacionais, as quais foram publicadas em 25 de maio de 2011; constata que 44 governos que subscreveram estas orientações – os quais representam todas as regiões do mundo e 85 % do investimento direto estrangeiro – incentivam as suas empresas a respeitar recomendações de grande alcance para uma conduta empresarial responsável no país onde operam;
6. Admite que os atuais imperativos em matéria de ambiente e alterações climáticas e o desenvolvimento de cadeias globais de produção exigem que o âmbito do conceito de RSE seja mais alargado do que se pretendia quando foi concebido; considera, portanto, necessário definir um conceito de RSE atualizado, que esteja relacionado com os direitos laborais e os direitos humanos, as questões de emprego, bem como com a proteção do ambiente, as preocupações em matéria de alterações climáticas e a luta contra a corrupção e a evasão fiscal;
7. Solicita que todas as empresas europeias que operam em países terceiros e têm mais de 1 000 trabalhadores sejam obrigadas a aplicar, a partir 1 de janeiro de 2014, as orientações da OCDE para as empresas multinacionais;
8. Solicita à Comissão que inclua uma cláusula relativa à RSE em todos os acordos de comércio e de investimento bilaterais assinados pela UE, com base nos princípios da RSE definidos a nível internacional – colocando a ênfase no desenvolvimento sustentável e na boa governação e centrando-se claramente nos direitos humanos, no trabalho digno, nas normas laborais, na liberdade de associação, na negociação coletiva e noutras preocupações sociais –, em particular a atualização de 2010 das orientações da OCDE; sugere que esta cláusula harmonize as normas e os conceitos existentes, a fim de assegurar a comparabilidade e a equidade, e contenha medidas para o controlo destes princípios a nível da UE e para a sua aplicação, e que sejam criados pontos de contacto nacionais que sirvam de fóruns para questões relacionadas com as orientações da OCDE, como o requisito relativo ao controlo das atividades das empresas e das suas filiais e cadeias de abastecimento e a obrigação de diligência;
9. Apela à Comissão para que garanta que todas as empresas que operam no mercado único, incluindo as empresas multinacionais cujas filiais e cadeias de abastecimento estão situadas na UE, cumpram todas as suas obrigações legais, tanto a nível nacional como a nível da União, a fim de assegurar uma concorrência leal e exponenciar as vantagens para os consumidores da UE; apela igualmente à Comissão para que promova ativamente uma conduta empresarial responsável junto das empresas da UE que operam no estrangeiro, procurando assegurar, em particular, o cumprimento rigoroso de todas as suas obrigações legais decorrentes das respetivas legislações nacionais ou das obrigações legais bilaterais ou internacionais às quais as suas atividades estão sujeitas, assim como o respeito das normas e regras internacionais em matéria de direitos humanos, trabalho e ambiente; propõe, neste sentido, à Comissão que colabore ativamente com os seus parceiros nos países emergentes e em desenvolvimento, para que procedam ao intercâmbio de boas práticas e de conhecimentos sobre as formas e os métodos para melhorar o clima empresarial e sensibilizar para uma conduta empresarial responsável;
10. Sugere que os governos dos Estados-Membros solicitem ao BEI a inclusão de uma

cláusula relativa à RSE nas suas intervenções;

11. Solicita à Comissão que introduza um procedimento mais aberto e claro para a apresentação e tratamento de queixas por incumprimento dos princípios de RSE, como mecanismos de coação, e que proceda à abertura de inquéritos sempre que necessário;
12. Apela à Comissão para que exorte as empresas a aplicar o princípio de RSE; sublinha a necessidade de apoiar e incentivar a difusão de tais práticas entre as PME, reduzindo simultaneamente ao mínimo os encargos em termos de custos e de burocracia;
13. Insta a Comissão a incluir uma cláusula relativa à RSE nos acordos com organizações não governamentais (ONG), nomeadamente as que levam a cabo atividades em prol do desenvolvimento;
14. Apela à Comissão para que utilize de forma mais eficaz as medidas baseadas em incentivos e esteja mais atenta à supervisão e garantia de que as empresas multinacionais, cujas filiais e cadeias de abastecimento se situam em países que participam no SPG e no SPG+ – independentemente de se encontrarem ou não sediadas na União Europeia –, bem como os países em questão, a) respeitam as respetivas obrigações legais, nacionais e transnacionais no domínio dos direitos humanos, das normas sociais e laborais e das regras ambientais, b) demonstram um empenho genuíno no respeito dos direitos, na proteção e no bem-estar dos seus trabalhadores e dos cidadãos em geral, c) respeitam a liberdade de associação e os direitos de negociação coletiva e d) reagem a uma eventual infração de forma rápida e eficaz;
15. Insta a Comissão a promover a RSE em instâncias multilaterais, apoiando uma maior cooperação entre a OMC e outras instâncias multilaterais que se ocupem da RSE, como a OIT e a OCDE;
16. Recorda que já existem contenciosos judiciais e alternativas aos mesmos para resolver litígios comerciais e/ou reclamar uma indemnização pelas externalidades negativas decorrentes de atividades empresariais irresponsáveis ou ilegais; insta, neste contexto, a Comissão a fomentar a sensibilização para as duas possibilidades tanto junto da comunidade empresarial como do público em geral; relembra que a Câmara de Comércio Internacional (CCI) disponibiliza serviços de resolução de litígios para cidadãos, empresas, Estados, organismos públicos e organizações internacionais que procurem alternativas aos contenciosos judiciais, os quais podem contribuir para melhorar o acesso efetivo das vítimas à justiça em caso de violação das práticas empresariais responsáveis que causem danos económicos, sociais e ambientais na UE e/ou no estrangeiro;
17. Apela à supervisão das medidas restritivas (sanções, boicotes, embargos) e a regimes de licenciamento, a nível da União, dos produtos de dupla utilização;
18. Exorta à criação de mecanismos para que os princípios de RSE sejam respeitados não só pela empresa ou pelo contratante principal que beneficia de um acordo comercial, como também por quaisquer subcontratantes ou cadeias de abastecimento que aqueles possam utilizar, no fornecimento de bens, trabalhadores ou serviços, assegurando, deste modo, a igualdade de condições baseada numa remuneração justa e em condições de trabalho dignas e garantindo os direitos e as liberdades sindicais;

19. Solicita à Comissão que melhore o seu modelo de avaliação do impacto na sustentabilidade, para que este reflita adequadamente as implicações económicas, sociais, de direitos humanos e ambientais – incluindo os objetivos de mitigação das alterações climáticas – das negociações comerciais; insta a Comissão a garantir o seguimento dos acordos comerciais com os países parceiros da UE, procedendo, antes e depois da assinatura de um acordo comercial, a estudos de impacto na sustentabilidade que tenham especialmente em conta os setores vulneráveis;
20. Salienta que, na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o Parlamento deve ser plenamente informado sobre a forma como os resultados das avaliações de impacto na sustentabilidade (AIS) dos acordos são incorporados nas negociações antes da sua conclusão e sobre os capítulos dos acordos que foram alterados para evitar eventuais impactos negativos identificados nas AIS;
21. Solicita a criação de um sistema de cooperação jurídica transnacional entre a UE e os países terceiros signatários de acordos de comércio bilaterais, a fim de garantir o acesso efetivo à justiça das vítimas de infrações à legislação social ou ambiental ou de inobservância dos compromissos em matéria de SER por parte de multinacionais ou das suas filiais imediatas, e apoiar a implementação de processos judiciais internacionais para assegurar, se for caso disso, que as infrações à lei cometidas pelas empresas sejam punidas;
22. Insta ao desenvolvimento de normas de transparência e de responsabilização mais eficazes para as empresas de tecnologia da UE envolvidas na exportação de tecnologias que podem ser usadas para violar os direitos humanos ou de formas que vão contra os interesses da UE em matéria de segurança;
23. Insta o SEAE a garantir que os funcionários da UE que se ocupam de questões comerciais, e que trabalham em embaixadas da União, recebam formação periódica sobre questões relacionadas com a RSE, sobretudo no que se refere à aplicação do Quadro das Nações Unidas "Proteção, Respeito e Reparação", e que as embaixadas da UE funcionem como pontos de contacto da UE para denúncias relacionadas com empresas da UE e respetivas filiais, uma vez que só existem pontos de contacto nacionais da OCDE nos países que aderiram à OCDE, aos quais, por conseguinte, os trabalhadores dessas empresas em países não membros da OCDE não têm acesso na prática;
24. Apela à realização de avaliações do impacto das novas tecnologias nos direitos humanos, se possível, logo na fase de investigação e desenvolvimento, e solicita que essas avaliações incluam estudos prospetivos e considerações sobre a determinação de normas para incorporar os direitos humanos na conceção;
25. Sublinha que a sensibilização, a nível empresarial, para a importância da RSE e as consequências do incumprimento da mesma, enquanto tarefa da Comissão, deve ser acompanhada por uma adequada sensibilização e um desenvolvimento de capacidades a nível dos governos dos países de acolhimento, a fim de garantir a aplicação eficaz dos direitos associados à RSE e o acesso à justiça;
26. Insta à aplicação do princípio "conhecimento do utilizador final" para garantir um maior controlo e impedir violações dos direitos humanos a montante ou a jusante das cadeias de

abastecimento e dos processos de produção ou fluxos de mercado;

27. Salienta que os futuros acordos bilaterais em matéria de investimento assinados pela UE devem garantir um equilíbrio justo entre a necessidade de proteger os investidores e a necessidade de permitir a intervenção do Estado, especialmente no que se refere a normas sociais, sanitárias e ambientais;
28. Regista os progressos realizados no âmbito da atual reforma da Diretiva Transparência (2004/109/CE) e da Diretiva Contabilística (2003/51/CE) no sentido de abordar a questão da RSE através de um equilíbrio entre a legítima busca de transparência e responsabilidade e o ónus de informação por parte das empresas; apela à Comissão para que garanta que as empresas abrangidas por estas diretivas sejam obrigadas a informar regularmente sobre as respetivas atividades em matéria de RSE, em conformidade com as orientações da OCDE para as empresas multinacionais, criando simultaneamente regimes especiais para as PME, de modo a viabilizar, do ponto de vista financeiro e administrativo, a obrigação de informação;
29. Realça que a RSE deve ser introduzida nos acordos comerciais multilaterais e, por conseguinte, insta a Comissão a apoiar propostas neste sentido nas instâncias internacionais, nomeadamente a OCDE e a OIT, bem como a OMC, no contexto pós-Doha;
30. Solicita que as futuras medidas em matéria de RSE incluam toda a cadeia de criação de valor, desde a obtenção de matérias-primas até à reciclagem, passando pelo comércio;
31. Solicita que as políticas de RSE sejam integradas em todos os níveis dos acordos comerciais com a UE e incluam disposições que aumentem a proteção dos trabalhadores migrantes, temporários e destacados;
32. Considera que a Comissão e os Estados-Membros devem incentivar as empresas da UE a tomarem iniciativas destinadas a promover a RSE e a procederem ao intercâmbio de boas práticas com os seus parceiros noutros países;
33. Apela a que as políticas em matéria de RSE e os direitos laborais e sindicais fundamentais, como o direito à privacidade e à liberdade de associação, sejam respeitados pelas empresas da UE em todas as suas atividades, independentemente de estarem baseadas na União ou em países terceiros;
34. Preconiza a consulta e a participação plenas e ativas das organizações representativas, incluindo os sindicatos, no desenvolvimento, no funcionamento e na supervisão dos processos e das estruturas de responsabilidade social das empresas; solicita que essas organizações representativas trabalhem com os empregadores no quadro de uma verdadeira parceria;
35. Apela a uma supervisão reforçada e mais inclusiva e transparente dos princípios de RSE na política comercial da UE, com pontos de referência claros para avaliar as melhorias, a fim de fomentar a confiança no sistema;
36. Assinala que a RSE constitui um mecanismo que permite aos empregadores apoiar os seus

trabalhadores e as comunidades locais nos países em desenvolvimento, que o respeito da RSE e das normas laborais permite que esses países beneficiem de um comércio internacional acrescido e que a RSE pode assegurar uma repartição equitativa dos benefícios, contribuindo assim para o desenvolvimento da prosperidade económica e social sustentável e para retirar mais pessoas de uma situação de pobreza, sobretudo em tempos de crise financeira; lamenta que, atualmente, os protocolos de intervenção social se revistam de um carácter exclusivamente voluntário e exorta a Comissão a torná-los vinculativos.

RESULTADO DA VOTAÇÃO FINAL EM COMISSÃO

Data de aprovação	18.12.2012
Resultado da votação final	+ : 24 - : 2 0 : 1
Deputados presentes no momento da votação final	William (The Earl of) Dartmouth, Maria Badia i Cutchet, Nora Berra, Daniel Caspary, María Auxiliadora Correa Zamora, George Sabin Cutaş, Christofer Fjellner, Yannick Jadot, Franziska Keller, Vital Moreira, Paul Murphy, Cristiana Muscardini, Niccolò Rinaldi, Helmut Scholz, Peter Šťastný, Robert Sturdy, Gianluca Susta, Henri Weber, Iuliu Winkler, Paweł Zalewski
Suplente(s) presente(s) no momento da votação final	Salvatore Iacolino, Silvana Koch-Mehrin, Maria Eleni Koppa, Katarína Neved'alová, Marietje Schaake
Suplente(s) (nº 2 do art. 187º) presente(s) no momento da votação final	Norbert Neuser, Birgit Schnieber-Jastram, Derek Vaughan

19.12.2012

PARECER DA COMISSÃO DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO

dirigido à Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

sobre responsabilidade social das empresas: promoção dos interesses da sociedade e via para uma retoma sustentável e inclusiva
(2012/2097(INI))

Relator de parecer: Morten Løkkegaard

SUGESTÕES

A Comissão da Cultura e da Educação insta a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Encoraja a UE a desempenhar um papel ativo na sensibilização para o contributo que as empresas podem prestar à sociedade, no domínio da cultura, da educação, do desporto e da juventude através da Responsabilidade Social das Empresas (RSE);
2. Encoraja a UE e os Estados-Membros a disponibilizarem informações concretas, programas de ensino e formação sobre a RSE, para que as empresas dela possam tirar o máximo partido e para que a possam implementar na sua cultura organizacional;
3. Solicita aos Estados-Membros que introduzam uma redução da carga fiscal para as empresas que financiem o voluntariado e iniciativas sem fins lucrativos;
4. Chama a atenção para a necessidade de a RSE ser integrada nos programas de ensino dos estabelecimentos de ensino a todos os níveis, incluindo as escolas de comércio, e nos programas de formação de gestores e empregados das PME;
5. Encoraja os Estados-Membros a integrarem a RSE nos programas de ensino adequados;
6. Salienta a importância da ligação entre empresas e escolas do ensino secundário e, sobretudo, estabelecimentos de ensino superior e o papel que a RSE pode desempenhar ao oferecer aos estudantes experiências práticas durante os seus estudos, quer sob a forma de empregos remunerados a tempo parcial, quer de estágios remunerados nas empresas;

7. Incentiva as empresas a proporcionarem estágios de qualidade com uma forte componente de aprendizagem que facilitem a transição da educação para o emprego e o desenvolvimento de competências pertinentes para o mercado laboral e a apoiarem a autonomia dos jovens;
8. Encoraja as empresas a, no contexto do seu empenhamento cívico, promoverem a criatividade e projetos culturais no âmbito das suas políticas de RSE e a estimularem o crescimento sustentável e a criação de empregos;
9. Salienta que é importante implicar as pequenas e médias empresas no processo de RSE e reconhecer os resultados por estas registados;
10. Encoraja as empresas, em colaboração com os parceiros sociais, a manterem os seus trabalhadores informados e a formá-los e associá-los aos grandes desafios sociais que afetam a Europa, mormente a nível económico, social, ambiental e internacional;
11. Exorta à promoção da ideia do patrocínio entre os empregadores;
12. Salienta que a RSE pode dar um importante contributo para a criação de oportunidades de aprendizagem e de crescimento e para conformar e promover atitudes sociais, a participação cívica e a integração social, através de uma forte interação com a sociedade, bem como de atividades intergeracionais como a tutoria mútua e a transmissão de conhecimentos entre jovens e idosos; salienta em particular o contributo que a RSE pode dar para a criação de oportunidades para os jovens e para o desenvolvimento dos seus talentos;
13. Salienta a importância da defesa dos direitos humanos nas relações com os países terceiros;
14. Regozija-se com o prémio europeu destinado a parcerias RSE entre empresas e outras partes interessadas, nomeadamente as instituições de ensino e as organizações desportivas, que considera ser um passo importante para aumentar a visibilidade da RSE;
15. Realça que o Investimento Socialmente Responsável (ISR) - como componente do processo de execução da RSE nas decisões de investimento - combina os objetivos económicos e financeiros dos investidores com considerações de caráter social, ambiental, ético, cultural e educativo;
16. Incentiva os Estados-Membros e a União a terem em consideração, na sua agenda de RSE, que as PME culturais e criativas podem ter um impacto significativo nas mudanças sociais e ambientais, ao integrarem considerações sociais e induzirem soluções a longo prazo para combater a pobreza através de novos impulsos ao mercado laboral;
17. Exorta à realização de investigação sobre as causas da eficácia ou ineficácia das diversas estratégias de RSE aplicadas;
18. Exorta os Estados-Membros a apoiarem e a valorizarem o voluntariado de trabalhadores e o voluntariado apoiado pelos empregadores, também no âmbito do quadro RSE, conforme indicado na resolução, de 12 de junho de 2012, sobre "Reconhecer e promover as

atividades de voluntariado transfronteiras na UE"¹; realça que o voluntariado não deve prejudicar de forma alguma as condições de remuneração e de trabalho dos trabalhadores e que é necessário assegurar a complementaridade entre as atividades voluntárias e as atividades remuneradas;

19. Está convicto de que as empresas dos meios de comunicação e de conteúdo cultural têm uma responsabilidade social de assegurar a proteção dos direitos fundamentais dos utentes e considera que a autorregulação e a inspeção profunda de pacotes de dados criam o risco de externalizar a polícia e a aplicação da lei para o setor privado;
20. Incentiva as empresas dos meios de comunicação a incluírem normas jornalísticas transparentes nas suas políticas de RSE, incluindo garantias em matéria de proteção das fontes e dos direitos dos denunciantes;

¹ Textos Aprovados , P7_TA(2012)0236.

RESULTADO DA VOTAÇÃO FINAL EM COMISSÃO

Data de aprovação	18.12.2012
Resultado da votação final	<div><div>+: 23</div><div>–: 0</div><div>0: 0</div></div>
Deputados presentes no momento da votação final	Piotr Borys, Jean-Marie Cavada, Silvia Costa, Santiago Fisas Aixela, Lorenzo Fontana, Mary Honeyball, Petra Kammerevert, Morten Løkkegaard, Emma McClarkin, Emilio Menéndez del Valle, Katarína Neveďalová, Doris Pack, Marie-Thérèse Sanchez-Schmid, Marietje Schaake, Marco Scurria, Hannu Takkula, Helga Trüpel, Milan Zver
Suplente(s) presente(s) no momento da votação final	Nadja Hirsch, Stephen Hughes, Iosif Matula, Raimon Obiols, Rui Tavares
Suplente(s) (nº 2 do art. 187º) presente(s) no momento da votação final	Leonardo Domenici

RESULTADO DA VOTAÇÃO FINAL EM COMISSÃO

Data de aprovação	24.1.2013
Resultado da votação final	<div><div>+: 26</div><div>–: 1</div><div>0: 11</div></div>
Deputados presentes no momento da votação final	Edit Bauer, Heinz K. Becker, Jean-Luc Bennahmias, Phil Bennion, Pervenche Berès, Vilija Blinkevičiūtė, Milan Cabrnich, Alejandro Cercas, Marije Cornelissen, Emer Costello, Andrea Cozzolino, Frédéric Daerden, Sari Essayah, Marian Harkin, Nadja Hirsch, Stephen Hughes, Ádám Kósa, Jean Lambert, Patrick Le Hyaric, Thomas Mann, Elisabeth Morin-Chartier, Csaba Őry, Siiri Oviir, Sylvana Rapti, Licia Ronzulli, Elisabeth Schroedter, Joanna Katarzyna Skrzydlewska, Jutta Steinruck, Traian Ungureanu, Andrea Zanon
Suplente(s) presente(s) no momento da votação final	Georges Bach, Malika Benarab-Attou, Sergio Gutiérrez Prieto, Richard Howitt, Paul Murphy, Ria Oomen-Ruijten, Gabriele Zimmer
Suplente(s) (nº 2 do art. 187º) presente(s) no momento da votação final	Jens Nilsson